

Relatório

Atividades do Grupo de Trabalho Técnico Operacional da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique

Guilherme Silveira Castanheira

Catiane Burghausen Cardoso

Coordenação do Grupo de Trabalho Técnico Operacional

EQUIPE TÉCNICA

<i>Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor:</i>	Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
	Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas
	Arq. Esp. Renata Saffer
	Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori
	Arq. Esp. Caroline Glordani Meine
	Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique
	Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira
	Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso
	Arq. Daniela Vieira da Silva
	Arq. Letícia Cruz Klein
	Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler
	Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues
	Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto
	Eng. Tiago Rutsatz Salomoni
<i>Apoio Técnico:</i>	Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal
	Arq. Vinícios da Silva
	Arq. Esp. Ana Aguirre



Sumário

I. Introdução	7
1. Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA	7
2. A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor	9
3. O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)	10
4. A estrutura deste documento	13
II. GT-TO: avaliação do Plano Diretor vigente	14
5. Dinâmica sobre os Princípios do PDDUA	14
6. Leitura das Secretarias e Órgãos acerca das Estratégias do PDDUA	18
a. Estratégia de Estruturação Urbana	21
b. Estratégia de Mobilidade Urbana	27
c. Estratégia de Uso do Solo Privado	34
d. Estratégia de Qualificação Ambiental	35
e. Estratégia de Promoção Econômica	45
f. Estratégia de Produção da Cidade	54
g. Estratégia do Sistema de Planejamento	61
III. GT-TO: Eixos Temáticos	67
a. Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural	72
b. Eixo Temático: Ambiente Natural	79
c. Eixo Temático: Mobilidade e Transporte	85
d. Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	88
e. Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico	99
f. Eixo Temático: Gestão da Cidade	103
IV. Conferência de Avaliação do Plano Diretor	105
7. Consolidação dos Eixos Temáticos	105
8. Grupos Temáticos	105
9. Organização	105
10. Participação	105
V. Considerações Finais	106
11. Conclusões	106
12. Próximos passos	106
VI. Anexos	107
13. Portaria GT-TO	
14. Registros de Reuniões	
15. Correlação Estratégia PDDUA, temas do GERPD e Conflitos e Potencialidades Projetuais elencados no IC (1996), anexos a este documento.	

Lista de Abreviações e Siglas

CMDUA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental

CPU - Coordenação de Planejamento Urbano

CT - Coordenação Técnica

DAV - Diretoria de Áreas Verdes

DEL - Diretoria do Escritório de Licenciamento

DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos

DEM HAB/SMHARF - Departamento Municipal de Habitação/ Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

DLMA - Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental

DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana

DPPS - Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade

DPU - Diretoria de Planejamento Urbano

EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre

ET - Eixo Temático

EY - Ernst & Young Global Limited

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

GERPD - Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores

GT-CT - Grupo de Trabalho Consultivo Técnico

GT-CR - Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento

GT-TO - Grupo de Trabalho Técnico Operacional

IC/96 - Informe Complementar de 1996

IN - Instrução Normativa

LTA - Long Term Agreement

NAU - Nova Agenda Urbana

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU-Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

OP - Orçamento Participativo

PCTI - Projeto de Cooperação Técnica Internacional

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PGM - Procuradoria-Geral do Município

PNUD - Projeto de Cooperação Técnica Internacional

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre

RGP - Regiões de Gestão do Planejamento

SMAMUS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

SMCEC - Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMELJ - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

SMF - Secretaria Municipal da Fazenda

SMGOV - Secretaria de Governança Local e Coordenação Política

SMMU - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

SMOI - Secretaria de Obras e Infraestrutura de Porto Alegre

SMPAE - Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

SMSEG - Secretaria Municipal de Segurança

SMSURB - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Lista de Ilustrações

Figuras

Figura 1 – Painel de contribuições da dinâmica sobre os Princípios do PDDUA	14
Figura 2 – IC/96 capa e índice	18
Figura 3 – Correlação temas CMDUA e ODSs	69
Figura 4 – Dinâmica CT	71

Quadros

Quadro 1 – Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA	15
Quadro 2 – Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA	15
Quadro 3 – Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA	16
Quadro 4 – Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA	16
Quadro 5 – Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA	16
Quadro 6 – Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA	17
Quadro 7 – Conflitos e potencialidades	19
Quadro 8 – Sumário: Estratégias, Programas e Subprogramas	20
Quadro 9 – Estratégia de Estruturação Urbana	20
Quadro 10 – Programa de Espaços Abertos	21
Quadro 11 – Quadro Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos	22
Quadro 12 – Quadro Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Integração Metropolitana	26
Quadro 13 – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo	28
Quadro 14 – Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	29
Quadro 15 – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário	31
Quadro 16 – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos	32
Quadro 17 – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito	33
Quadro 18 – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	34
Quadro 19 – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural	37
Quadro 20 – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais	38
Quadro 21 – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas	39
Quadro 22 – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia	41
Quadro 23 – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental	42
Quadro 24 – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição	43
Quadro 25 – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia	46



Quadro 26 – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania	48
Quadro 27 – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8	50
Quadro 28 – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos	51
Quadro 29 – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico	52
Quadro 30 – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite	53
Quadro 31 – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais	55
Quadro 32 – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social	56
Quadro 33 – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano	58
Quadro 34 – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda	59
Quadro 35 – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico	60
Quadro 36 – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas	62
Quadro 37 – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	63
Quadro 38 – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações	64
Quadro 39 – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental	65
Quadro 40 – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	66
Quadro 41 – Correlação temas CMDUA e Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores	69
Quadro 42 – Correlação estratégias CMDUA e ODSs	70
Quadro 43 – Temas e subtemas	72
Quadro 44 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural	73
Quadro 45 – temas sugeridos: Ambiente Natural	79
Quadro 46 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Ambiente Natural	79
Quadro 47 – temas sugeridos: Mobilidade e Transporte	85
Quadro 48 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Mobilidade e Transporte	85
Quadro 49 – temas sugeridos: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	88
Quadro 50 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	88
Quadro 51 – temas sugeridos: Desenvolvimento Econômico	99
Quadro 52 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico	99
Quadro 53 – temas sugeridos: Gestão da Cidade	103
Quadro 54 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Gestão da Cidade	104

I. Introdução

O objetivo deste relatório é demonstrar um panorama geral dos trabalhos realizados no Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, desde o início dos trabalhos de avaliação do mesmo, o que ocorreu no ano de 2022, até a elaboração de subsídios para a realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, ocorrida nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023.

1. Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA

O **Plano Diretor** é uma Lei Municipal que, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), deve ser revisado a cada, no máximo, 10 anos. O atual Plano Diretor de Porto Alegre, chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi instituído pela **Lei Complementar 434/99** e modificado pela LC 646/2010, produto de sua primeira revisão, e por alterações posteriores.

Mais do que uma Lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado (enquanto entidade técnica que deve trabalhar para concretizar o pacto) e os governos (atual e os que virão até 2030). Ele influi em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos. E, para garantirmos a manutenção desse pacto ao longo da década, é fundamental que todos façam parte de sua construção.

Desde 2016, o poder Executivo vem planejando como será a 2ª Revisão do PDDUA. Em agosto de 2019, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre firmou um **Memorando de Entendimento** com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) a fim de realizar cooperação técnica internacional com o objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre e outras iniciativas urbano-ambientais.

Entre outubro e novembro de 2019, ocorreu a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento**.

Em dezembro de 2019, foi assinado o **Projeto de Cooperação Técnica Internacional** com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado **“POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável”**, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a elaboração da revisão do Plano Diretor, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início de 2020, após o término da primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, o país e o mundo viveram o período da pandemia do Coronavírus e, em virtude disto, através da **Instrução Normativa 15/2020**, ficou decretada a suspensão das atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre

:

Art. 13 Ficam suspensas todas as atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal, a cargo da Diretoria-Geral de Planejamento Urbano Sustentável, conforme anexo desta Instrução Normativa.

Durante o período de pandemia, foram desenvolvidos trabalhos internos de sistematização e análise dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento realizadas em 2019 e foi elaborada a **Instrução Normativa 04/2021**¹, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), instituindo o procedimento para a Revisão do Plano Diretor. Na IN 04/2021, foram definidos os objetivos da Revisão, sua estrutura organizacional básica, suas etapas e os procedimentos dos processos de participação no âmbito da Revisão.

Em maio de 2022, a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade anunciou o **novo cronograma de trabalho para a revisão** do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) durante uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Os passos seguintes foram a consolidação e operação dos Grupos de Trabalho previstos na Instrução Normativa 04/2021, o planejamento dos próximos momentos de participação da sociedade e a contratação das consultorias.

Em dezembro de 2022, momento de elaboração deste Relatório, já havia sido finalizada a **(i) Etapa Preparatória** da Revisão e estava em andamento a segunda etapa, chamada **(ii) Leitura da Cidade**, que tem como objetivo a apropriação das características do território e a discussão dos seus principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas

¹ PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Instrução Normativa nº 4, de 10 de fevereiro de 2021**. Institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências. Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/smams/plano-diretor/IN_04-2021.pdf.

pela população como um todo. Na sequência, ocorrerão as etapas **(iii) da Sistematização e das Propostas, (iv) da Aprovação e (v) da Implantação e Monitoramento.**

2. A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor

Conforme estabelecido pela **IN 04/2021**, para garantir o controle social do processo através da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade, o processo da 2ª Revisão do PDDUA vem sendo conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

I – Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), composta por servidores da Diretoria de Planejamento Urbano (DPU-SMAMUS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMAMUS.

A CT é responsável, em termos gerais, por coordenar e gerenciar os trabalhos da Revisão, desde sua concepção até o fornecimento de apoio técnico ao Legislativo para o debate dos Projetos de Lei na Câmara Municipal, incluindo a produção dos estudos técnicos necessários com subsídio das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de Trabalho, no que couber.

II – Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), composto por representantes dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal.

Compete ao GT-TO, em termos gerais, participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais.

III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Conselho permanente com composição determinada no art. 40 do PDDUA.

Compete ao CMDUA, no âmbito da Revisão do PDDUA, em termos gerais, acompanhar e monitorar o processo e aprovar a conclusão de suas etapas; assim como discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres, e acompanhar a tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal.

IV – Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT), composto por integrantes do **CMDUA**, por **Universidades** com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo que manifestarem interesse na participação e por demais **entidades**, com atuação afetas ao planejamento urbano com sede em Porto Alegre, que

ingressaram no grupo mediante manifestação de interesse em resposta ao **Edital de Convocação 002/2022**, com portaria a ser publicada.

Compete ao GT-CT, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo manifestações técnicas conjuntas; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

V - Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com representação composta pelas oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGP), bem como um representante do Orçamento Participativo e demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em participar.

Compete ao GT-CR, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres conjuntos; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

Para caracterizações detalhadas das atribuições de cada grupo, consultar a integralidade do conteúdo da Instrução Normativa 04/2021.

3. O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)

O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, composto por representantes de órgãos da Administração Municipal direta e indireta, indicados pelo Prefeito Municipal, foi instituído pela **IN 04/2021** e constituído através da **Portaria 460/22²**, de 14/06/2022 (Processo 21.0.000053535-1).

Conforme a Portaria, foram designados para integrar o GT-TO representantes do DEMHAB/SMHARF, SMMU, EPTC, SMCEC, SMOI, SMPAE, SMGOV, PGM, SMED, SMF, SMS, SMSEG, SMDS, FASC, SMDDET, SMELJ, SMSURB, DMLU, DMAE, PROCEMPA, SMAMUS-DPU, SMAMUS-DLMA, SMAMUS-DAV, SMAMUS-DEL e SMAMUS-DPPS. Foram também designados três representantes da SMAMUS-DPU, integrantes da Coordenação Técnica (CT), para a coordenação do grupo.

O **objetivo do GT-TO** é colaborar nas diversas etapas da Revisão a partir de uma visão multidisciplinar e integrada dos diversos aspectos referentes ao ordenamento territorial, promovendo a troca de conhecimento entre os integrantes, facilitando a construção do conhecimento e possibilitando a prática da cooperação para atingir o

² Disponível em: https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/4413_ce_20220615_executivo.pdf

objetivo central da 2ª Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre: a promoção do desenvolvimento, qualificação e expansão urbana a partir de “estratégias de desenvolvimento sustentável, harmonia com o meio ambiente e garantia de qualidade de vida para as futuras gerações” (PORTO ALEGRE, 2010).

Em termos de atribuições, **compete ao GT-TO** participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais, envolvendo:

- I – fornecer os dados e informações que forem solicitadas pela Coordenação Técnica;
- II – colaborar na análise dos resultados dos estudos realizados, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;
- III – colaborar na elaboração dos documentos consolidados e na sistematização das informações produzidas;
- IV – colaborar na elaboração de minutas de Projetos de Lei e regulamentações, com vistas a garantir a efetiva implementação das políticas resultantes do processo de revisão;
- V – prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de resultados.

Em termos de atividades, o GT-TO realizou sua primeira reunião, em formato remoto, em 01 de julho de 2022. Ao longo do segundo semestre de 2022, foram realizadas 17 reuniões que trataram da avaliação do Plano Diretor vigente e da proposição de Eixos Temáticos de debate para o processo de Revisão do Plano, seguidas por um encontro com representantes da Consultoria Internacional Ernst Young (EY), contratada para subsidiar a Revisão do Plano Diretor. No início de 2023 foram realizadas mais duas reuniões (18ª e 19ª), que trataram sobre a organização dos grupos de trabalho por Eixo Temático e sobre a Conferência de Avaliação do Plano Diretor.

A **1ª (01/07/2022)** e a **2ª (08/07/2022) reuniões** trataram de uma introdução à temática. Abordou-se a estrutura do PDDUA, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) assinado com o PNUD para auxiliar a Revisão do Plano, conceitos a serem abordados dentro da Revisão, a Plataforma de Planejamento, como se dará o processo da Revisão do PDDUA (estrutura, etapas, participação social), a estrutura de trabalho dos grupos, os objetivos e as atribuições do GT-TO. Também foi realizada uma breve apresentação dos integrantes do GT.

Na **3ª reunião (15/07/2022)**, apresentaram-se os Princípios e as Estratégias do PDDUA, sua interlocução com Agendas Internacionais (NAU e ODS) e, na sequência, realizou-se uma dinâmica de discussão sobre seus Princípios. Na **4ª (29/07/2022)**, **5ª (05/08/2022)** e

6ª (12/08/2022) reuniões, secretarias e órgãos realizaram apresentações correlacionando seus planos, projetos e programas às Estratégias do PDDUA. Na **7ª reunião (19/08/2022)**, retomou-se o cronograma de atividades do GT-TO e realizou-se uma apresentação sobre o Modelo Espacial do PDDUA. Na **8ª reunião (26/08/2022)**, foi apresentada a compilação de resultados da leitura das secretarias/órgãos acerca das Estratégias do PDDUA.

A **9ª reunião (02/09/2022)** foi a primeira atividade presencial do GT-TO. Nela, apresentou-se uma correlação entre os temas elencados pela sociedade e debatidos no CMDUA³ no início do processo de Revisão do Plano Diretor, os temas do Guia para Elaboração e Revisão dos Planos Diretores do Ministério do Desenvolvimento Regional, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁴ (Agenda 2030 da ONU) e as Estratégias do PDDUA. Na sequência, apresentou-se uma proposta de seis Eixos Temáticos para guiar os debates sobre a Revisão do Plano, concebida pela Coordenação Técnica (CT): Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade. Os participantes do GT-TO foram divididos entre os Eixos para uma dinâmica colaborativa de debate sobre os tópicos que compõem cada um.

Na **10ª reunião (16/09/2022)**, foram elencados alguns alinhamentos sobre o processo de revisão (número de reuniões, exposições e andamento das contratações de consultorias) e apresentou-se uma compilação das contribuições sobre os Eixos Temáticos realizadas na reunião anterior.

Na **11ª reunião (23/09/2022)**, foram trazidas atualizações sobre as contratações das consultorias para a Revisão do Plano Diretor e apresentou-se a estrutura do *Long Term Agreement* (LTA), através do qual foi contratada a Consultoria Internacional Ernst & Young (EY), os temas a serem considerados pelas consultorias, os produtos esperados, previsões de entrega e sua correlação com as etapas da Revisão.

³ Definiu-se 12 Temas a partir de informações coletadas no Seminário de Revisão do Plano Diretor, realizado em 07/12/2016, e do Workshop com o CMDUA, realizado em 04/10/2017, que estão disponíveis para consulta em:

<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>).

⁴ Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são compostos por 169 metas e integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma política global adotada pelos países membros das Nações Unidas a partir da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em setembro de 2015. Os ODS estão disponíveis para consulta em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Na **12^a (30/09/2022)**, **13^a (07/10/2022)**, **14^a (21/10/2022)**, **15^a (04/11/2022)**, **16^a (25/11/2022)** e **17^a (08/12/2022)** reuniões foram realizadas apresentações de cada um dos seis eixos temáticos de debate.

Próximo ao final do ano, em 14/12/2022, foi realizado um **encontro do GT-TO com a equipe da Consultoria Internacional Ernst Young (EY)**, contratada para subsidiar a Revisão do Plano, no qual a Coordenação Técnica (CT) apresentou o que o GT-TO vinha discutindo relativo a cada Eixo Temático e ocorreram momentos para debates e perguntas.

Na **18^a (12/01/2023)** e **19^a (24/02/2023)** reuniões, foram trazidas atualizações das contratações, cronograma da Revisão e das próximas ações, em especial a Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Falou-se sobre a organização dos grupos de trabalho por Eixo Temático e sobre a programação da Conferência.

4. A estrutura deste documento

Para registro das atividades elaboradas pelo Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da 2^a Revisão do PDDUA, no transcorrer de suas atividades em 2022, o presente documento estrutura-se em três capítulos, após esta introdução (Capítulo I).

O **Capítulo II** trata das atividades de Avaliação do Plano Diretor vigente realizadas pelo GT-TO. Apresentam-se os resultados da dinâmica de discussão sobre os Princípios do PDDUA e os resultados da leitura das secretarias e órgãos integrantes do GT-TO acerca das Estratégias do PDDUA.

O **Capítulo III** é dedicado a relatar as discussões desenvolvidas pelo GT-TO a partir de 6 Eixos Temáticos iniciais⁵ de debate: Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade.

Por fim, no **Capítulo IV** são apresentadas considerações finais e próximos passos para as atividades do GT-TO.

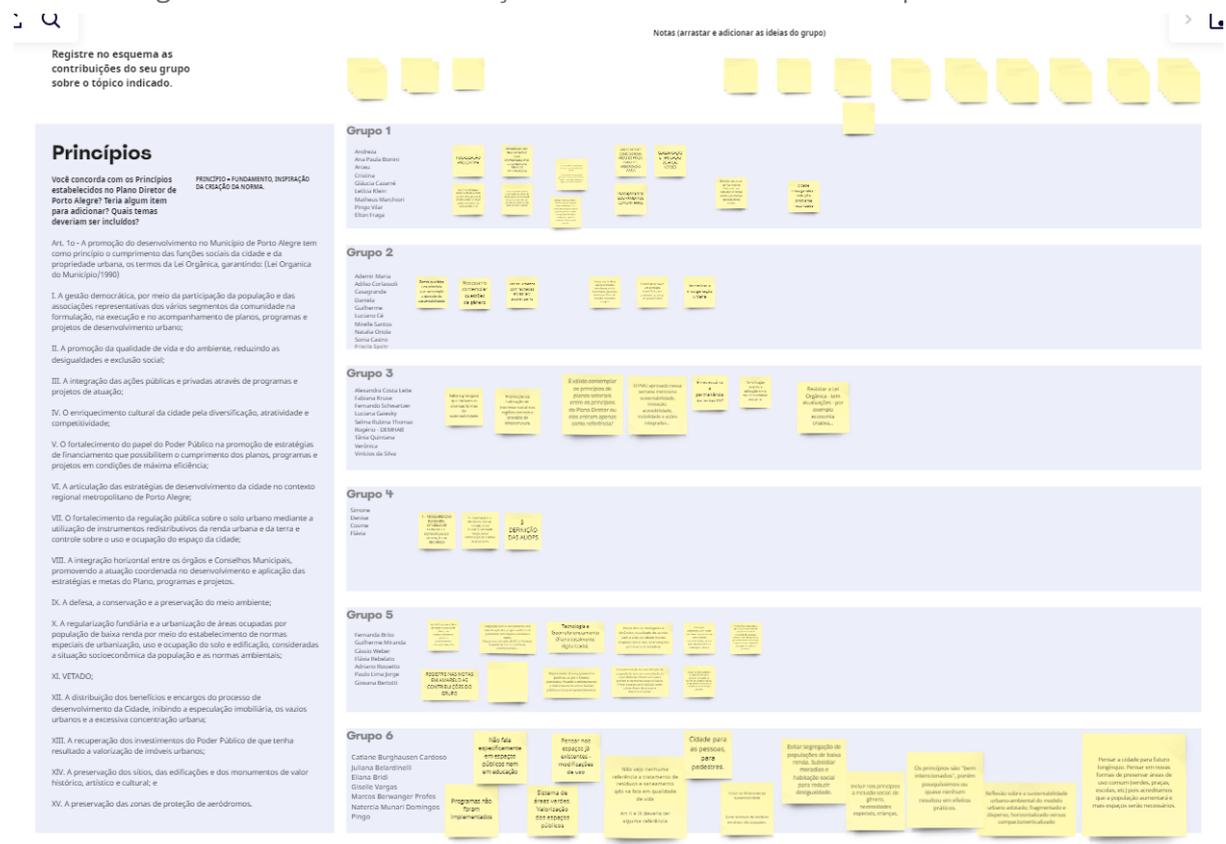
⁵ Inicialmente, foram propostos 6 Eixos Temáticos, que guiaram as discussões do GT-TO durante 2022. Com o decorrente amadurecimento dos tópicos abordados, avaliou-se que era mais adequado que “Patrimônio Cultural” formasse um Eixo Temático próprio, independente do “Desenvolvimento Social e Cultural”, totalizando os 7 (sete) Eixos Temáticos debatidos na Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre em março de 2023. Como este documento relata as atividades já realizadas pelo GT-TO, as discussões sobre os Eixos Temáticos serão apresentadas conforme ocorreram, subdivididas em 6 Eixos.

II. GT-TO: avaliação do Plano Diretor vigente

5. Dinâmica sobre os Princípios do PDDUA

Na 3ª reunião do GT-TO, após a apresentação dos Princípios e as Estratégias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e de sua interlocução com a Nova Agenda Urbana (NAU) e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, realizou-se uma dinâmica de discussão sobre os **Princípios do PDDUA**. Para a realização da dinâmica, os membros do GT-TO foram divididos de forma aleatória em grupos pelo *software* Teams e as contribuições de cada grupo foram inseridas na plataforma Miro.

Figura 1 – Painel de contribuições da dinâmica sobre os Princípios do PDDUA



Fonte: elaboração DPU

No processo posterior de sistematização da dinâmica, optou-se por identificar de qual Eixo Temático (Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade) cada contribuição mais se aproximava, conforme elencado na sequência.



Quadro 1 – Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Programas (Rio tem incentivo para empreendedores cuidarem das Áreas de Preservação).	Ambiente Natural
Incentivos reais para a preservação das Áreas de Preservação. Continuidade da sua manutenção pós entrega das obras. Áreas acabam sendo invadidas.	
Áreas verdes como sistema: áreas de praça, parques, arborização viária.	
Classificação e tipificação de áreas verdes.	
Revisão das áreas de patrimônio cultural com inclusão de áreas verdes – percursos culturais/áreas verdes.	
Agregar acessibilidade – conflito entre rampas e rotas acessíveis com ciclovias/ciclofaixas sobre passeio público ou em interseções. Também podem ser revistos materiais aceitos para passeios.	Mobilidade e Transporte
Cidade miscigenada – redução do problema de mobilidade.	
Política Pública para Planejamento do Sistema de Áreas Verdes (hoje se utiliza mais o sistema de parcelamento).	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Planejamento dos Equipamentos Comunitários.	
Promover a produtividade da cidade.	Desenvolvimento Econômico
Priorizar o real planejamento da cidade – incentivos tributários, agilidade, desenvolvimento.	
Fiscalização preventiva.	Gestão da Cidade

Quadro 2 – Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Necessário contemplar questões de gênero.	Desenvolvimento Social e Cultural
Penso que falta um Princípio que contemple a questão da sustentabilidade.	Ambiente Natural
Vazios urbanos com fachadas ativas (ex.: Pocket Parks).	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Incentivar a miscigenação urbana.	
É necessário haver um Princípio específico para preservar as zonas de aeródromo?	Gestão da Cidade

Quadro 3 – Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA



Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Promoção da Habitação de Interesse Social nas regiões centrais e providas de infraestrutura.	Desenvolvimento Social e Cultural
Faltam Princípios que incluam as diversas formas de sustentabilidade.	Ambiente Natural
O Plano de Mobilidade Urbana (PMU) aprovado nesta semana menciona sustentabilidade, inovação, acessibilidade, mobilidade e ações integradas.	Mobilidade e Transporte
Densificação visando a utilização ótima da infraestrutura existente.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Revisitar a Lei Orgânica - tem atualizações - por exemplo economia criativa...	Desenvolvimento Econômico
É válido contemplar os Princípios de Planos Setoriais entre os Princípios do Plano Diretor ou eles entram apenas como referência?	Gestão da Cidade
É necessária a permanência do inciso XV (eixo Lomba-Restinga)?	

Quadro 4 – Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Regularização Fundiária: estabelecer conceito e estratégias de obtenção de recursos.	Desenvolvimento Social e Cultural
Habitação de Interesse Social: estabelecer estratégias para viabilizar a produção de forma mais efetiva.	
Definição das Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária - AUOPS.	Gestão da Cidade

Quadro 5 – Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Reduzir a desigualdades socioterritoriais para garantir, em todos os bairros, o acesso a equipamentos sociais, à infraestrutura e a serviços urbanos.	Desenvolvimento Social e Cultural
Compatibilização da intensificação da ocupação do solo com a ampliação da capacidade de infraestrutura para atender às demandas atuais e futura. Prever espaços para viabilizar redes subterrâneas de energia e telecomunicações.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Na SMOI sentimos falta de maior interação do Plano com empreendimentos públicos (licenciamento, contrapartidas, etc.).	Gestão da Cidade
Integração com o licenciamento com identificação dos projetos e EVUs via Plataforma com mapas e consulta a todos.	
Mapas com camadas de EVUs, projetos, Expedientes Únicos, Habite-se, condicionantes...	
Tecnologia e georreferenciamento (plano totalmente digitalizado).	



Mapeamento dos equipamentos públicos, atuais e futuros (previstos) visando o ordenamento e direcionamento entre gestão pública e novos empreendimentos.	
Plano Diretor inteligente e dinâmico; atualizado de acordo com a vida da cidade (novos empreendimentos, intervenções públicas e atividades).	
Educação urbanística, em todos os níveis de ensino e às comunidades, capacitando-as para a participação ativa na ordenação urbana.	
A eficiência e efetividade do PDDUA é diretamente proporcional à sua facilidade de aplicação prática. Com inteligência e, principalmente, tecnologia, integrando suas regras e a aplicação na vida real (projetos).	

Quadro 6 – Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA

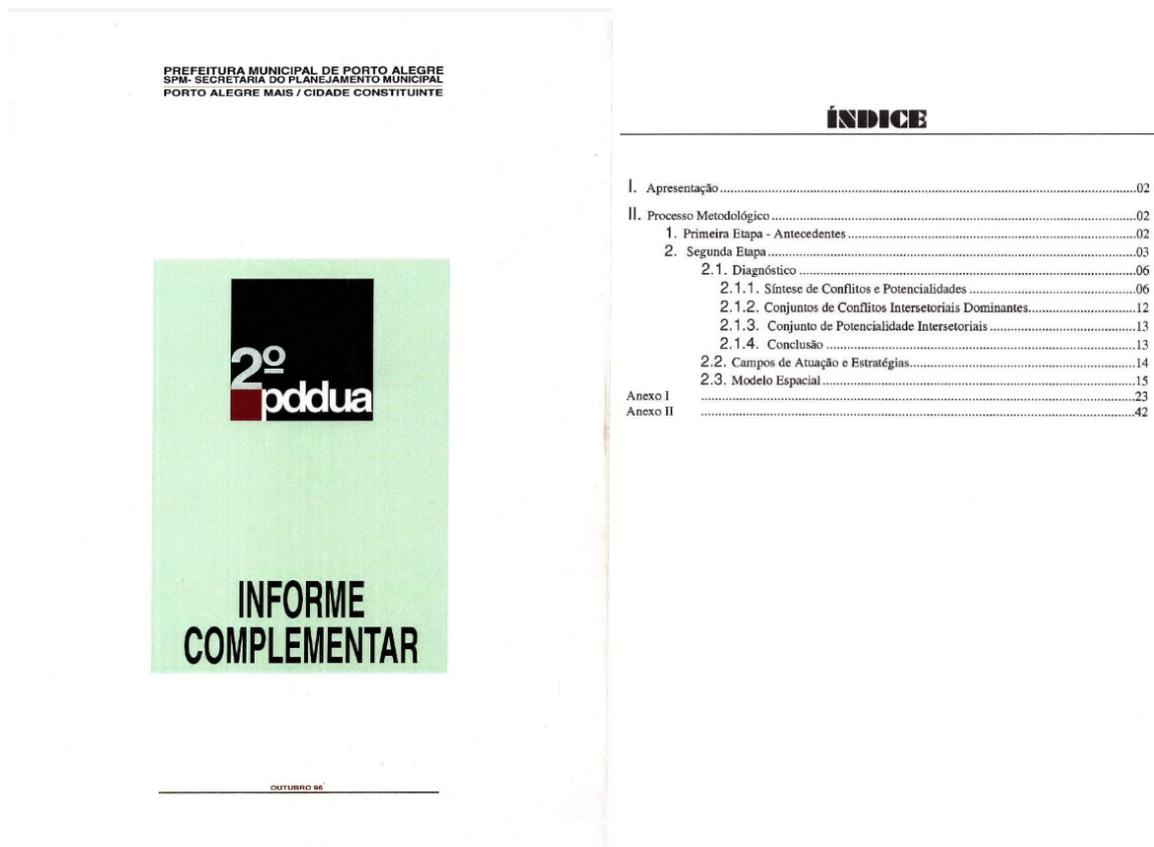
Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Não fala especificamente em espaços públicos nem em educação.	Desenvolvimento Social e Cultural
Cidade para as pessoas, para pedestres.	
Evitar segregação de populações de baixa renda, subsidiar moradias e habitação social para reduzir a desigualdade.	
Incluir nos Princípios a inclusão social: de gênero, necessidades especiais, crianças.	
Não vejo nenhuma referência a tratamento de resíduos e saneamento quando se fala em qualidade de vida, art. II e IX deveria ter alguma referência.	Ambiente Natural
Incluir as dimensões da sustentabilidade. Evitar acúmulo de resíduos em áreas não ocupadas.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Pensar nos espaços já existentes – modificações de uso.	
Sistema de áreas verdes. Valorização dos espaços públicos.	
Reflexão sobre a sustentabilidade urbano-ambiental do modelo urbano adotado; fragmentado e disperso, horizontalizado versus compacto/verticalizado.	
Pensar a cidade para um futuro longínquo. Pensar em novas formas de preservar áreas de uso comum (verdes, praças, escolas, etc.) pois acreditamos que a população aumentará e mais espaços serão necessários.	Gestão da Cidade
Programas não foram implementados.	
Os princípios são “bem intencionados”, porém pouquíssimos ou quase nenhum resultou em efeitos práticos.	

6. Leitura das Secretarias e Órgãos acerca das Estratégias do PDDUA

Na 4ª, 5ª e 6ª reuniões do GT-TO, as secretarias e órgãos municipais integrantes do grupo realizaram apresentações correlacionando seus **planos, projetos e programas** às Estratégias do PDDUA.

A partir da análise das Estratégias do PDDUA, realizou-se uma comparação com o Informe Complementar de 1996 (IC/96), documento que apresenta metodologicamente o processo de confecção do 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, assim como a síntese da base conceitual que fundamentou suas propostas (Figura 2).

Figura 2 – IC/96 capa e índice



Fonte: digitalização volume impresso IC/96⁶.

Em pesquisa realizada pela Coordenação de Planejamento Urbano (CPU), este foi o documento encontrado que apresenta maiores informações acerca da elaboração do

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Porto Alegre Mais/ Cidade Constituinte. 2º PDDUA: Informe Complementar. Porto Alegre: Out. 1996. 130 p.



PDDUA, e que detalha as Estratégias, Programas, Subprogramas e Ações a serem realizados pelas secretarias e órgãos municipais, incluindo prazos de curto, médio e longo prazos, o que realmente configura a parte estratégica do Plano, mas por não estar inserido no texto da Lei, acabou se perdendo, inclusive na primeira revisão do PDDUA em 2010 (LC 646/10). Foi possível observar que muitas ações não foram efetivamente realizadas, e os programas dentro das Estratégias sofreram alterações desde a última revisão.

Quadro 7 – Conflitos e potencialidades

CONFLITOS E POTENCIALIDADES	CAMPOS DE ATUAÇÃO	ESTRATÉGIAS
CONFLITOS DA CIDADE CONSOLIDADA 32/POTENCIALIZAR E FLEXIBILIZAR OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS 33/CLAREZA E VALORIZAÇÃO DA POLICENTRALIDADE 30/MODELO DE USOS DO SOLO X DESLOCAMENTOS 1/ALTA DENSIDADE X LIMITE DE INFRAESTRUTURA 22/ZONAS DE MÉDIA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA 23/ZONAS DE BAIXA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE CONSOLIDADA	1 ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA 2 ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA
DESPERDÍCIO DAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO SUL 10/COMPROMETIMENTO DE ÁREAS NATURAIS DE INTERESSE PARA PRESERVAÇÃO DEVIDO A OCUPAÇÃO INADEQUADA 12/FALTA DE CRITÉRIOS, FRAGILIDADE E INSUFICIÊNCIA DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA A PRESERVAÇÃO.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE NÃO CONSOLIDADA	3 ESTRATÉGIA DE USO DO SOLO PRIVADO
NECESSIDADE DE AMPLIAR A PROBLEMÁTICA DOS ESPAÇOS	ESTÍMULO AOS ESPAÇOS ABERTOS E A REVALORIZAÇÃO CULTURAL	4 ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
OPORTUNIDADE PARA UM NOVO PAPEL METROPOLITANO	ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	5 ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO
FALTA DE MECANISMOS PARA A PRODUÇÃO CONCERTADA 36/UTILIZAÇÃO DO SOLO CRIADO NO DESENVOLVIMENTO URBANO	ESTÍMULO À PRODUÇÃO CONCERTADA	6 ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE
MUDANÇAS DE ENFOQUE E SEUS INSTRUMENTOS 18/EXCESSO DE INGERÊNCIA NA ÁREA PRIVADA X OMISSÃO ÁREA PÚBLICA	NOVO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ABERTO, CONTÍNUO E PARTICIPATIVO	7 SISTEMA DE PLANEJAMENTO

FIGURA 7

Fonte: IC/96, p. 20.

Este material foi analisado e compilado pela CPU, e apresentado no GT-TO para fins de disseminação do conhecimento e verificação do que foi efetivamente desenvolvido até o momento, tanto das ações previstas como de novas iniciativas e que não estavam abordadas anteriormente. A seguir algumas imagens do IC/96 exemplificam como os temas foram abordados e detalhados⁷.

⁷ Muitas das secretarias e órgãos envolvidos listados na parte referente ao IC/96 não correspondem às atuais, pois passaram por diferentes reorganizações administrativas.



Quadro 8 – Sumário: Estratégias, Programas e Subprogramas

ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS	
SUMÁRIO	
1. ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.1. PROGRAMA DE ESPAÇOS ABERTOS 1.1.1. SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE CENTRALIDADES 1.1.2. SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL 1.2. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA
2. ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA	2.1. PROGRAMA DE TRANSPORTE DE MASSA 2.2. PROGRAMA DE CENTROS DE TRANSBORDO E DE TRANSFERÊNCIA 2.3. PROGRAMA VIÁRIO 2.4. PROGRAMA DE GARAGENS E ESTACIONAMENTOS 2.5. PROGRAMA DE TRÁFEGO
3. ESTRATÉGIA DE USO DO SOLO PRIVADO	3.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DO PLANO REGULADOR
4. ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	4.1. PROGRAMA: PLANO DE MANEJO AMBIENTAL 4.2. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS 4.2.1. SUB-PROGRAMA: CONSERVAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS 4.2.2. SUB-PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS OU ÁREAS DEGRADADAS 4.2.3. SUB-PROGRAMA: PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS 4.3. PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E PRIVADAS 4.4. PROGRAMA DE SANEAMENTO E MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO 4.4.1. SUB-PROGRAMA: SANEAMENTO 4.4.2. SUB-PROGRAMA: MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO 4.4.3. SUB-PROGRAMA: MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS 4.5. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA
5. ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGOS	5.1. PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA CIDADANIA 5.1.1. SUB-PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL PARA O MEIO-AMBIENTE 5.1.2. SUB-PROGRAMA: PRODUÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E GERENCIAL 5.1.3. SUB-PROGRAMA: OCUPAÇÃO, RENDA E CONSUMO PARA OS EXCLUÍDOS 5.2. PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA 5.2.1. SUB-PROGRAMA: FOMENTO À ATIVIDADE ECONÔMICA 5.2.2. SUB-PROGRAMA: INTEGRAÇÃO REGIONAL 5.2.3. SUB-PROGRAMA: INFRA-ESTRUTURA EM TELECOMUNICAÇÕES 5.2.4. SUB-PROGRAMA: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES RUR-URBANAS 5.2.5. SUB-PROGRAMA: ABASTECIMENTO
6. ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE	6.1. PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONCERTADAS 6.2. PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 6.3. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DOS INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
7. ESTRATÉGIA DE SISTEMA DE PLANEJAMENTO	7.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS 7.2. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO 7.3. PROGRAMA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES 7.4. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Fonte: IC/96, p. 39.

Quadro 9 – Estratégia de Estruturação Urbana

1	ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	2ºPDDUA
Conceitos básicos:	Policentralidade, descentralização, miscigenação, diversidade, legibilidade, fortalecimento da rede de espaços públicos, valorização da identidade natural e cultural, integração metropolitana.	
Objetivos gerais:	<ul style="list-style-type: none">■ Promover a estruturação do espaço urbano, considerando predominantemente o território público do município;■ Promover a integração metropolitana através de ações conjuntas com os outros municípios da região.	
Espaço envolvido:	Todo o território predominantemente público do município, associado às interfaces metropolitanas.	
Descrição técnica geral:	<ul style="list-style-type: none">■ Conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e de suas conexões, com vistas a uma valorização da legibilidade da estrutura urbana através de sua reestruturação.■ Estímulo à produção concertada através de parcerias público - privadas e intervenções por projetos especiais.	
Programas correspondentes:	1.1. Programa de Espaços Abertos 1.2. Programa de Integração Metropolitana	
Áreas de governo com incumbência:	<ul style="list-style-type: none">■ Secretarias municipais (SPM, SMIC, SMAM, SMT, SMOV, SMC, Captação de Recursos, etc.);■ Organismos estaduais de pesquisa, financiamento e planejamento (METROPLAN, FEPAM, etc.);■ Universidades e agências financiadoras federais.	
Pautas para sua implementação:	<ul style="list-style-type: none">■ Capacitação dos técnicos para projetos e gerenciamento;■ Definição de instrumentos para financiamentos;■ Elaboração de planos de prioridade para investimentos compatibilizados com as diretrizes das estratégias do plano de desenvolvimento;■ Estruturação administrativa compatível com as demandas dos planos e com a perspectiva de participação da população;■ Montagem de um processo de discussão pública e de comunicação das idéias do plano.	

Fonte: IC/96, p. 40.



Quadro 10 – Programa de Espaços Abertos

ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA						
1.1	PROGRAMA DE ESPAÇOS ABERTOS - 1/2	2ºPDDUA				
1 - Descrição É o programa que visa a implementação de um "Sistema de Espaços Abertos" predominantemente públicos, que propicie o aumento da legibilidade da cidade, estruturando referenciais de caráter urbano, local ou regional. Por espaço aberto entende-se prioritariamente o espaço edificado ou não, de forte uso coletivo e interação social, com caráter de permanência. Podem estar representados por áreas especiais lugares ou unidades, quer sejam de interesse natural ou cultural, e ainda por todas as formas de conexão que permitem viabilizar fluxos entre as diversas partes do sistema. Baseia-se na perspectiva de projeção ambiental, de forma que o espaço não se configure apenas através do Plano Regulador						
2 - Componentes do Programa 1.1.1. Sub-programa: Fortalecimento de Centralidades 1.1.2. Sub-programa: Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural						
2.1 - Ações e ou Obras		ORGÃOS ENVOLVIDOS	PRAZOS			
			Em Andam.	Curto	Médio	Longo
■ Implantação e gerenciamento do cadastro de imóveis destinados ao Sistema de Espaços Abertos.		SPM		X		
■ Elaboração do plano anual de implantação dos espaços abertos		SPM/SMAM		X		
■ Estruturação do setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do programa		SPM		X		
■ Formação de recursos humanos para o gerenciamento de projetos especiais.		UNIV./SMA/ ORG.PESQUISA		X		
■ Formulação e detalhamento de instrumentos para viabilização de propostas tais como: acordos especiais com urbanizadores, aquisição com fundos públicos, bloqueios de áreas públicas, banco de lotes, taxas de impacto, ganhos de planejamento, controle de rede espacial		SPM		X		
■ Promoção de projetos especiais e Operações Concertadas		PMPA			X	X

Fonte: IC/96, p. 41.

Na sequência, apresenta-se a compilação dos resultados das leituras das secretarias e órgãos municipais acerca de cada uma das Estratégias do PDDUA, agrupados por Estratégia - Programa, e seu comparativo com o que constava no IC/96, conforme produzido para a 8ª reunião do GT-TO.

a. Estratégia de Estruturação Urbana

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Estruturação Urbana tem como **objetivos gerais** promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana. Sua implementação ocorreria a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando prioritariamente o espaço público e a proposição de projetos articulados com os municípios da Região Metropolitana. Para isso, a Estratégia é constituída por dois Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Espaços Abertos** propõe a implementação de um sistema de espaços referenciais (edificados ou não) articulados entre si. Estes espaços teriam desde abrangência local, até urbana ou regional, e são caracterizados pelo uso coletivo e pela promoção da interação social, buscando potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento das centralidades e da valorização do patrimônio ambiental.

O **Programa de Integração Metropolitana** visa articular o Plano Diretor de Porto Alegre e as ações e políticas que envolvem os municípios da Região Metropolitana, com



ênfase nas interfaces dos limites norte e leste do Município, em especial no que se refere ao transporte, uso do solo e saneamento.

Quadro 11 – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos

PDDUA – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Estruturação Urbana	I. Programa de Espaços Abertos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Gestão de áreas verdes municipais	DAV/SMAMUS
			Gravames de áreas verdes	UEU/SMAMUS
			Terrários Urbanos	DPPS/SMAMUS
			Hortas Urbanas	DPPS/SMAMUS/ SMS
			Arborização Urbana	CAU/SMAMUS
			Projetos de Requalificação Urbana (João Alfredo, 4PECH)	CIP/DMU/SMMU
			Projetos de Urbanismo tático	CIP/DMU/SMMU
			Rede Ciclo	CIP/DMU/SMMU
			Participação em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura	SMCEC
			Execução dos projetos da Orla e revitalização e urbanização do Quadrilátero e Rua da Praia	SMOI
			Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco	SMOI
			Trabalhos CPOAV: Orla (trecho 1 e 3); caminho do gol (Copa 2014); projeto estruturante da orla (demarcação de todas áreas verdes, mapeamento, propostas de percursos); Viva o Centro (2006); GT passagens Vila Assunção (estruturação urbana)	DAV/SMAMUS
			Espaços de promoção de saúde e ambientes adequados para atividades físicas	SMS
			Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023	SMS
			Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre	SMS
			Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF)	SMS
			O maior desafio para a implantação de novos equipamentos é em áreas já ocupadas, onde não há uma reserva de área para o equipamento	SMED
			Utilizam um artigo do código civil, que define as áreas urbanas, e que tem que ter um equipamento num raio de 3Km. Considera o atendimento das escolas infantis estando distante até 3Km da residência da criança que será atendida.	SMED



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Implantação do cadastro de imóveis destinados ao Sistema de Espaços Abertos	SPM	
			Elaboração plano anual de implantação dos espaços abertos	SPM/SMAM	
			Estruturação setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do programa	SPM	
			Formação de recursos humanos para o gerenciamento de projetos especiais	UNIV./SMA/ORG PESQUISA	
			Formulação e detalhamento de instrumentos para viabilizar propostas como: acordos especiais com urbanizadores, aquisição com fundos públicos, bloqueios de áreas públicas, banco de lotes, taxas de impacto, ganhos de planejamento, controle de rede espacial	SPM	
			Promoção de projetos especiais e Operações Concertadas	PMPA	
			Estruturação de oficinas permanentes de projetos a serem realizadas pelo setor público, também identificando ações a desenvolver em parceria com o privado	SPM/DEMHAB/ SMAM/SMIC/ SMT/UNIV.	
			Implantação de um sistema de gerenciamento de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos	SPAM/PGM/SMF	
		Subprograma Fortalecimento de Centralidades	Projetos "Centros de bairro":		
			Identificação de áreas com potencialidade de estruturação das centralidades locais	SPM/SMAM/ SMS/DEMHAB	
			Priorização às ações já definidas para os "Centros de Bairros" Azenha, Restinga e Dona Leopoldina	SPM	
			Desenvolvimento de projetos especiais para áreas de urbanização precária	SPM/DEMHAB/ SMAM/SMOV	
			Projeto Corredor Assis Brasil-Sertório:		
			Projeto da interface entre o conjunto IAPI e Av. Assis Brasil	SPM/SMAM/ SMOV/SMT	
			Identificação dos elementos estruturadores e potenciais do corredor	SPM/SMAM/ SMC	
			Detalhamento das áreas de terminal de transporte	SPM/SMT	
			Projeto de arquitetura da paisagem da Av. Assis Brasil	SPM/SMAM	
			Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT/SMOV	
			Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/ SMOV/SMT	
			Projeto Anita-Nilo:		
			Identificação dos espaços com potencial de estruturar lugares urbanos	SPM/SMAM/SMC	
			Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT	
			Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/ SMOV/SMT	



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Subprograma Fortalecimento de Centralidades	Projeto Corredor Bento-Ipiranga:	
				Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT/SMOV
				Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/SMOV/SMT
				Identificação de local para o desenvolvimento do projeto de "Centro de Bairro"	SPM/SMAM/SMT
				Desenvolvimento de uma Operação Concertada para valorização da área do Hospital São Pedro com usos diferenciados	SPM/SMC/SMAM/SMT/GOV. ESTADO
				Desenvolvimento de um projeto urbano no cruzamento da 3ª Perimetral com Bento Gonçalves e Ipiranga	SPM/SMT/SMOV/SMAM/GOV. ESTADO
				Projeto Corredor Norte-Sul 3ª Perimetral:	
				Detalhamento do espaço público compreendido na confluência das Av. Protásio Alves, Carlos Gomes e Salvador França	SPM/SMT/SMOV/SMAM
				Estudo de viabilidade para a ligação das Av. Barão do Amazonas e Ijuí	SPM/SMOV
				Projeto Eixos Estruturadores:	
				1ª Perimetral	SPM/SMOV/SMT
				3ª Perimetral	SPM/SMOV/SMT
				Avenida Voluntários da Pátria	SPM/SMOV/SMT
				Avenida Nilo Peçanha	SPM/SMOV/SMT
			Avenida Grécia	SPM/SMOV/SMT	
			Ligações metropolitanas norte e leste	SPM/SMOV/SMT	
			Subprograma Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural	Identificação dos elementos de valor cultural componentes do Sistema de Espaços Abertos	SPM/SMC/UNIV.
				Definição de entornos de bens tombados	SMC/IPHAN/IPHAE
				Montagem do projeto de Revitalização Urbana dos Bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta:	
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/UNIV.
				Execução do inventário de patrimônio cultural	SMC/UNIV.
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM/SMIC/ V. FÉRREA/UNIV.
				Implantação das ações prioritárias do plano	SPM/SMC/UNIV./SMOV/SMIC/DEP/DMAE
				Desenvolvimento de projetos especiais para a área central:	
Projeto do Corredor Cultural	SMC/SMIC				



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Subprograma Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural	Identificação de lugares de interesse cultural e entorno de bens tombados	SMC			
				Orla portuária	PMPA/GOV. DO ESTADO			
				Projeto da Usina do Gasômetro	SMC			
				Projeto Museu de Arte de Porto Alegre	SMC			
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC			
				Dar continuidade ao Inventário do Patrimônio Cultural do município	SMC/UNIV.			
				Desenvolvimento de projetos especiais para a orla e pontos de observação de paisagens significativas:				
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/SMAM			
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM			
				Implantação das ações prioritárias do plano	SPM/SMC/SMAM			
				Revitalização e restauração do restaurante do balneário Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA			
				Revitalização e restauração da Propriedade Família Brunelli - Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA			
				Revitalização da orla através da realocação das moradias - Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA			
				Desenvolvimento de projetos para espaços públicos como praças, jardins, parques, etc.:				
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/SMAM			
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM			
				Projeto "Morro do Osso"	SPM/SMC/SMAM			
				Projeto "Parque Germânia"	SPM/SMC/SMAM			
				Analisar estudos de viabilidade para intervenções em bens do patrimônio cultural:				
				Projeto especial de recuperação de estatuárias das áreas verdes públicas	SMC/SMAM			
				Instituir os limites da Áreas Especiais de Interesse Cultural	SPM/SMC/PGM			
				Promover os tombamentos necessários	SPM/SMC			
				Estabelecer diretrizes para projetos de intervenção em áreas de interesse cultura com ocupação consolidada (intervenções através de obras ou de veículos de publicidade)	SMC/SMAM			
				Elaborar projetos de restauração ou recuperação de unidades ou de conjuntos edificados, possivelmente via de Operações Concertadas	SPM/SMC/SMIC			



Quadro 12 – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Integração Metropolitana

PDDUA – Estratégia de Estruturação Urbana – II. Programa de Integração Metropolitana				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Estruturação Urbana	II. Programa de Integração Metropolitana	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Articulação da mobilidade de POA com a região metropolitana	CIP/DMU/SMMU
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Integração Metropolitana	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Articulação dos organismos envolvidos com a questão metropolitana com vistas à formulação de ações conjuntas	SPM/GAB. PREF. /METROPLAN
			Priorização dos projetos que sejam relacionados com questões de transporte, estruturação das ligações metropolitanas, uso do solo e saneamento	PMPA/GOV. ESTADO
			Elaboração de Termo de Referência com vistas à contratação de projetos	PMPA/GOV. ESTADO
			Implementação de ações concertadas com vistas a criação de um Pólo de Desenvolvimento Metropolitano	PMPA/GOV. ESTADO
			Elaboração de Termo de Referência tratando de lugares que marcam ingressos e definem relações com a malha urbana	PMPA/GOV. ESTADO
			Fortalecimento de um fórum regional de discussão das questões metropolitanas	PMPA/GOV. ESTADO
			Estudo de viabilidade de integração entre a Rodoviária, o Aeroporto e a Região Metropolitana	PMPA/GOV. ESTADO/ORG. FEDERAIS
			Recuperação e valorização das Ilhas do Delta do Jacuí como espaço de importância regional	PMPA/GOV. ESTADO

b. Estratégia de Mobilidade Urbana

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Mobilidade Urbana tem como **objetivo geral** qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população.

A Estratégia prevê que seja dada prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas, e objetiva a redução das necessidades de deslocamento, das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, do consumo energético e do impacto ambiental. Também prevê a racionalização do transporte coletivo de passageiros, o desenvolvimento de um sistema de transporte coletivo por via fluvial e a capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio. Propõe ainda o resguardo de setores urbanos à mobilidade local e o estímulo à implantação de garagens e estacionamentos com vistas a reconquistar os logradouros públicos como espaços abertos para interação social e circulação veicular. Também prevê a elaboração de um Plano de Transporte Urbano Integrado com a região metropolitana. Para isso, a Estratégia é constituída por cinco Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Transporte Coletivo** abrange questões físicas, operacionais e tecnológicas ligadas ao transporte de alta, média e baixa capacidades, bem como ao transporte seletivo.

O **Programa de Centros de Transbordo e de Transferência** visa a qualificação dos transbordos e transferências modais e intermodais das demandas de deslocamento da população e de cargas através da implantação ou do melhoramento de terminais de integração, de terminais de retorno, de pontos de conexão, do Centro de Transferência de Cargas do Porto Seco e da estratificação em áreas especiais, junto aos eixos de carga, de centrais de abastecimento, armazenamento e comércio atacadista.

O **Programa Viário** abrange gravames e projetos/obras de implementação da malha viária, incluindo ciclovias e vias para pedestres.

O **Programa de Garagens e Estacionamentos** define a implantação de sistemas de terminais de estacionamento destinados a substituir progressivamente os estacionamentos na superfície dos logradouros e de estacionamentos dissuasórios integrados com centros de transbordo. Também prevê a implementação de incentivos legais à construção de garagens.

O **Programa de Trânsito** corresponde ao tratamento da malha viária básica do Município no que diz respeito ao uso das potencialidades da engenharia de tráfego para garantir fluidez e segurança ao trânsito. As tecnologias seriam utilizadas, ainda,

visando a conservação energética, o controle da qualidade ambiental e a prioridade ao transporte coletivo.

Quadro 13 – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	I. Programa de Transporte Coletivo	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22)
			EDOM toda cidade – já com orçamento e TR prontos
			Acesso Norte
			Sugere que para EMEIs deveria haver algum dispositivo no PD para ter transporte público e paradas de ônibus próximas, que tivesse algum texto de forma clara
			Regulamentação da frota elétrica de ônibus no município
		Secr./órgãos envolvidos	
		CIP/DMU/SMMU	
		CIP/DMU/SMMU	
		CIP/DMU/SMMU	
		SMED	
		DPPS/SMAMUS	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Transporte Coletivo	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Elaboração do Plano Geral de Transporte
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeira e de projeto operacional, com vistas a reformulação, integração modal e tarifária e a expansão da atual malha de transporte coletivo de forma tramada nos sentidos Leste/Oeste - Norte/Sul:
			Elaboração de pesquisa das linhas de desejo de mobilidade da população
			Definição da malha operacional
			Carregamento da rede
			Cálculo da demanda
			Estabelecimento das modalidades
			Projeto das obras civis
			Especificações operacionais, fiscalização e monitoramento dos serviços
			Elaboração de projeto funcional operacional com vistas à elaboração do projeto executivo de sistema segregado de transporte coletivo na 3ª Perimetral.
		Secr./órgãos envolvidos	
		SMT/SPM/SMAM/SMOV	
		SMT/SPM/METROPLAN	
		SMT/SPM	
		SMT/SPM/METROPLAN	
		SMT/SPM/METROPLAN	
		SMT/SPM	



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Transporte Coletivo	Reformulação operacional e tecnológica do serviço de transporte coletivo e implantação de corredor viário no setor Norte/Nordeste da cidade.	SMT
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeira e termo de referência urbanístico com vistas ao projeto executivo de implantação de transporte de alta capacidade no eixo Leste/Oeste	SMT/SPM/ METROPLAN

Quadro 14- Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Observatório de Logística	CIP/DMU/SMMU
			CAF – LOGUS [logística]	CIP/DMU/SMMU
			Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco	SMOI
			Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Elaboração de projeto dos centros de transbordo da malha de transporte coletivo:	
			Identificação de locais de implantação dos terminais de integração, de retorno e pontos de conexão, conforme diretrizes de uso e ocupação do solo do 2º PDDUA e do Plano Geral de Transportes	SMT/SPM/SMOV



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	Definição das funções e modalidades de transporte afluente a cada local	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo de viabilidade técnica e financeira com vistas a implantação de comércio e serviços de apoio	SMT/SPM/SMOV
			Dimensionamento dos estacionamentos dissuasórios	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração dos projetos executivos	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo técnico específico, com vistas à melhoria da inserção urbana ou a realocação do terminal Estação Rodoviária	SMT/SPM/SMOV/ METROPLAN/ DAER/DNER/ SCPERGS
			Elaboração de projeto especial de integração de transporte intermodal (rodoviário, urbano e metropolitano, ferroviário, metroviário e aeroviário) junto ao eixo de acesso Norte do município	SMT/SPM/SMOV/ METROPLAN/ DAER/DNER/ SCPERGS
			Elaboração de termo de referência operacional com vistas aos projetos executivos dos centros de transbordo do corredor viário Norte-Nordeste (terminais Triângulo e Cairú) e da 3ª Perimetral	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica com vistas a implantação dos terminais Parobé e Mercado Público Provisório	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo de viabilidade técnica econômica dos terminais intermodais do sistema de transportes de alta capacidade	SMT/SPM/ TRENSURB
			Complementação das obras de infraestrutura do Porto Seco	SMIC/SMOV

Quadro 15 – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	III. Programa Viário	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Rever malha viária básica e perfis viários	CIP/DMU/SMMU
			PDCI – iniciado processo de revisão	CIP/DMU/SMMU
			Plano de Acessibilidade – em revisão	CIP/DMU/SMMU
			EDOM – já com orçamento e TR prontos	CIP/DMU/SMMU
			Estudo de Mob. CH – em andamento	CIP/DMU/SMMU
			Estudo de Mob. 4D – fase de formatação do TR	CIP/DMU/SMMU
			Projetos que abrangem os gravames, obras de implementação da malha viária, ciclovias e vias de pedestres. Observou que muitos projetos elaborados não estão mais adequados com o gabarito que se espera para cidade.	SMOI
			Considerações: incluir a altimetria nos gravames viários, pois muitas vezes há problemas de compatibilização quando da execução; os gravames devem ser compatibilizados com as diretrizes do plano; rever	SMOI



Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	III. Programa Viário	gravame de áreas verdes em gabaritos de vias; atualizar gabaritos viários; compatibilizar gabaritos viários com passeios acessíveis e ciclovias/ciclofaixas; devem ser revistos os gravames viários inviáveis (como exemplo os túneis); incorporar os corredores de transporte aos perfis viários; possibilidade de georeferenciar os passeios??		
			Incorporar os corredores de transporte aos perfis viários	SMPAE	
			Compatibilização dos perfis com a arborização, de enxergar a árvore como equipamento urbano vivo	DAV/SMAMUS	
			Plano Municipal de Cuidados à Saúde das pessoas com deficiência 2022-2025	SMS	
			Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023	SMS	
			Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre	SMS	
			Convênio da SMED com a EPTC para avaliação das escolas, levantamento do entorno e propor melhorias	SMED	
			Atualização do decreto das calçadas	DPPS/SMAMUS	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa Viário	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos	
			Classificação funcional e hierarquização das vias, com vistas ao planejamento e monitoramento da malha viária básica, dos corredores viários, da malha de transporte coletivo e dos setores urbanos de mobilidade.	SPM/SMT/SMOV	
			Elaboração de plano de investimento e de obras da malha viária básica:		
			Identificação e hierarquização dos pontos críticos de conflitos e trechos saturados	SPM/SMT/SMOV	
			Elaboração de projeto executivo e implantação da 3º Perimetral	SPM/SMT/SMOV	
			Reformulação do Plano de Implantação de Rede Cicloviária - SPM/83:		
			Elaboração de pesquisa das linhas de desejo e demanda da modalidade bicicleta	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
			Elaboração dos projetos executivos das ciclovias, integradas com a malha de transporte coletivo	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
			Elaboração de plano de investimento e obras da malha cicloviária	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
Elaboração de projeto específico, com vistas à reformulação e ou implantação de vias exclusivas para pedestres	SPM/SMT/SMOV/SMC				



Quadro 16 – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	IV. Programa de Garagens e Estacionamentos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Decreto estacionamento?	
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22) – ver texto	CIP/DMU/SMMU
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Garagens e Estacionamentos	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Monitoramento dos trechos saturados nas áreas de grande diversidade, com vistas à implantação de estacionamento temporários públicos e ou a sua restrição total	SMT
			Elaboração de estudos de viabilidade técnico-financeira, com vistas à localização e implantação de terminais de estacionamentos subterrâneos	SMT/SPM/SMOV/SMIC
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeiras com vistas à implantação de estacionamentos dissuasórios	SMT/SPM/SMOV



Quadro 17 – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	V. Programa de Trânsito	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Sistema de compartilhamento de bicicletas	EPTC
			Concessão abrigos / terminais	EPTC
			Plano de Qualificação Semafórica	EPTC
			Pesquisa QUALIÔNIBUS 2022	EPTC
			Plano de Priorização do Transporte Coletivo – vinculado ao PSVS e PMU	EPTC
			Plano de Segurança Viária Sustentável – apresentado ao GP	CIP/DMU/SMMU
			Verificar com DPPS o plano de gases	DPPS/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Trânsito	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Implantação de metodologias e tecnologias de simulação de tráfego, de avaliação da potencialidade de empreendimentos como pólos geradores de tráfego e, de aferição do impacto de vizinhança e repercussões no sistema de mobilidade local e regional, com vistas à redução do referido impacto e ao ressarcimento de prejuízos que suas inserções possam causar ao ambiente	SPM/SMT
			Implantação de tecnologia que permita monitoramento, em tempo real, do tráfego em setores saturados e pontos de conflitos	SMT
			Elaboração de projeto de manejo de tráfego, com vistas à compatibilização da capacidade viária com o volume veículos nos cruzamentos e trechos saturados e, de implantação de equipamentos de segurança	SMT
			Implementação da distribuição temporal das demandas do tráfego, através do reescalonamento dos horários de funcionamento do comércio e serviços nas áreas de grande diversidade	SMT/SPM/SMIC/CMPA
			Elaboração de projeto de segurança para pedestres e, em particular, para portadores de deficiência física, com implantação de equipamentos e obras especiais	SMT/SPM
			Desenvolvimento de programa permanente de educação de trânsito, que inclua amplos segmentos sociais, em especial as redes de ensino público e privado	SMT/SMED
			Municipalização do controle e da fiscalização do trânsito	

c. Estratégia de Uso do Solo Privado

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Uso do Solo Privado tem como **objetivos gerais** disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado através de instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

A Estratégia corresponde, portanto, ao **Plano Regulador**, apresentado na Parte III do PDDUA e composto por normas gerais do regime urbanístico que tratam do regime de atividades, dos dispositivos de controle das edificações e do parcelamento do solo.

A Estratégia tem também como instrumento de regulação da paisagem urbana a avaliação de **Projetos Especiais de Impacto Urbano**, caracterizados na Parte II do PDDUA como um dos instrumentos de regulação para a intervenção do solo previstos pelo plano diretor.

Em termos de Programas, a Estratégia de Uso do Solo Privado é composta pelo **Programa de Gerenciamento do Plano Regulador**, que engloba o conjunto de procedimentos de natureza técnica, legal e administrativa para viabilizar um processo de planejamento dinâmico, participativo e ancorado em uma estrutura administrativa capaz de responder a estes objetivos.

Quadro 18 – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador

PDDUA – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Uso do Solo Privado	I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			PDDUA digital, uma plataforma em que o requerente pudesse aprovar diretamente o protótipo	DEL/SMAMUS



		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos		
		Monitoramento do Plano Regulador:			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Uso do Solo Privado	Implantação do Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental considerando: - Impacto sobre infraestrutura (abastecimento de água, coleta de esgotos, abastecimento de energia e condições de pavimento da via pública) - Impactos sobre a estrutura (sistema viário/ circulação, atratividade/ centralidade, valor imobiliário) - Impactos sobre o ambiente (poluição aérea e hídrica, obstrução de ventilação e insolação, incômodos às demais atividades)	PMPA/UNIV.		
				Projeto de adequação do sistema de controle da construção privada ao novo plano.	SPM/PROCEMPA
				Estruturação de setor administrativo com caráter prospectivo.	SPM/SMA
				Projeto de implantação de controle da construção informal.	SPM/DEM HAB/ONGs
		Revisão do Plano Regulador:			
			Implementação de um processo de discussão do Plano Regulador nas Regiões de Planejamento com periodicidade	SPM/GAB. PREFEITO/CARs	
			Implantação de um processo de discussão do Plano Regulador no Conselho do Plano Diretor	SPM/CMPDDUA	
			Elaboração de relatórios anuais de avaliação dos conflitos e ajustes do Plano Regulador	SPM	
			Gerenciamento de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra	SPM/SMF	

d. Estratégia de Qualificação Ambiental

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Qualificação Ambiental tem como **objetivo geral** qualificar o território municipal através da valorização do Patrimônio Ambiental, que abrange tanto o Patrimônio Cultural quanto o Patrimônio Natural do Município. Também compõem o objetivo geral da Estratégia superar os conflitos referentes à poluição e à degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

A implementação da Estratégia ocorreria através da conceituação, identificação e classificação dos espaços representativos do Patrimônio Natural para fins de disciplinar sua ocupação, assim como da valorização do Patrimônio Natural com espaços diversificados na ocupação do território para fortalecimento das identidades cultural e natural e da aplicação de instrumentos urbanísticos e tributários que estimulem a proteção deste Patrimônio. Ocorreria também através da inclusão do Patrimônio

Natural no Programa de Espaços Abertos, enquanto elemento significativo da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos, e da promoção de ações de saneamento, monitoramento da poluição e otimização do consumo energético.

Para isto, a Estratégia é constituída por seis Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Valorização do Patrimônio Cultural** envolve ações e políticas para identificar e classificar elementos de valor cultural, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural, assim como criar ou aperfeiçoar instrumentos normativos para incentivar a preservação.

O **Programa de Proteção das Áreas Naturais** propõe desenvolver estudos para identificação de espaços representativos de valor cultural com vistas a estabelecer usos sustentáveis, resguardando as características que lhe conferem peculiaridade e envolvendo a recuperação de áreas degradadas e a preservação de riscos ambientais.

O **Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas** envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, de disciplinamento da arborização nos passeios públicos e de criação de incentivos à arborização e ao ajardinamento em áreas privadas.

O **Programa de Conservação de Energia** propõe ações para garantir melhor qualidade de vida na cidade, com o mínimo de consumo energético e a menor agressão ao ambiente, envolvendo a elaboração do Plano de Gerenciamento de Energia.

O **Programa de Gestão Ambiental** propõe a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, contendo diretrizes gerais de atuação consolidadas a partir dos planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos e de energia e do plano de proteção ambiental. Visa estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas.

O **Programa de Prevenção e Controle da Poluição** propõe ações permanentes de monitoramento da qualidade do ar, da água, do solo e do espaço urbano, visando à prevenção, ao controle e à fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, considerando as condições atmosférica, hídrica, do solo, sonora e visual e a degradação do meio ambiente.



Quadro 19 – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Sugestão: tratar as áreas especiais de interesse cultural como áreas estratégicas de interesse urbanístico	SMCEC
			Participação em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura	SMCEC
			Obras e projetos (CPPP/SMOI)	SMOI
			Áreas verdes são patrimônio ambiental e cultural, sendo necessário revisar as Áreas de Interesse Cultural onde existem áreas de lazer.	CPOAV/DAV/ SMAMUS
			Passagens de pedestres (Vila Assunção, IAPI, 4D, Petrópolis)	SMCEC/PGM/ SMAMUS
			Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural	SMCEC
			Gerenciamento dos equipamentos culturais na cidade	SMCEC
			Isenção IPTU para edificações de Patrimônio Cultural	SMF
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-



Quadro 20 – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	II. Programa de Proteção às Áreas Naturais	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos	
			Conservação do patrimônio natural, como forma de garantir equilíbrio urbano e promoção de saúde e qualidade de vida	SMS	
			Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF)	SMS	
			Promoção de hortas comunitárias (Decreto 21.576 de julho de 2022)	SMS	
			Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica	DLMA/SMAMUS	
			Mapeamento e caracterização das áreas de preservação permanente (APPs)	DLMA/SMAMUS	
			Inventário da fauna do município	DLMA/SMAMUS	
			Preocupação em se manter a área rarefeita sem ocupações, e promover a densificação onde há infraestrutura disponível	DLMA/SMAMUS	
Implantação e gestão das Unidades de Conservação	UPAN/DAV/ SMAMUS				
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Conservação e Recuperação de Áreas Naturais	Subprograma Conservação de Áreas Naturais	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
				Realizar estudos sobre as condições atuais das áreas de interesse ambiental natural identificadas no 2º PDDUA	SMAM/SPM/ UNIV.
				Identificação dos lugares e unidades de interesse ambiental, conforme estabelece o 2º PDDUA	SPM/SMAM
				Elaborar o Plano de Conservação contendo: limites geográficos, grau de proteção e destinação e critérios de uso e ocupação do solo.	SMAM/SPM/DEP/ SMIC/SMS/ GUAÍBA VIVE



			Subprograma Recuperação de Ecossistemas ou Áreas Degradadas	Identificação e diagnóstico de áreas e ecossistemas degradados, bem como a identificação dos responsáveis pelos danos, em caso de extração mineral, com vistas a subsidiar a definição de diretrizes para a elaboração dos respectivos projetos de recuperação	SPM/SMAM/PGM
				Subprograma Prevenção de Riscos Ambientais	Sistema de Proteção contra as Cheias: complementação do Sistema Gravataí e Guaíba, nas zonas norte (rio Gravataí) e sul (arroyos Cavalhada e Passo Fundo)
			Programa Áreas de Risco:		
			Ações de remoção, relocação ou reassentamento em áreas adequadas, de moradias situadas em áreas de risco geológico ou intervenções com obras de estabilização ou contenção.		SMAM/DEM HAB/ SOMV/SPM/DEP
			Atualização do trabalho Diagnóstico das Áreas de Risco de Porto Alegre		SMAM/SPM/ DEM HAB
			Plano de Prevenção a Acidentes Ambientais e Riscos Naturais:		
			Transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas	SMAM	
Coordenação Municipal de Defesa Civil	PMPA				

Quadro 21 – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas		
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996		
	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
	Ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças	CPOAV/DAV/ SMAMUS
	Planejamento urbano e ambiental de áreas verdes públicas (EPAV); Elaboração e aprovação de projetos paisagísticos de urbanização e reurbanização de áreas verdes urbanas (EP); e Fiscalização de obras de urbanização, reurbanização e revitalização de áreas verdes urbanas (EO)	CPOAV/DAV/ SMAMUS



Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas	Lei do parcelamento do solo; lei Orgânica do Município (que prevê meta de 12m ² de AV/hab); e o PDDUA	CPOAV/DAV/ SMAMUS
			Plano Setorial de Arborização Urbana (Plano Diretor de Arborização Urbana) que não é mencionado no PDDUA, que a arborização entra apenas no disciplinamento, e que poderia ser muito mais abrangente	CAU/DAV/ SMAMUS
			Ações em desenvolvimento: implantação da arborização e manutenção do plantio; garantia do espaço árvore (revisão do decreto de calçadas 17.302, revisão dos perfis viários) com a necessidade de se compatibilizar a vegetação com o sistema viário e canteiros, emissão de diretrizes (árvore de grande porte) nos processos das comissões; planejamento sistêmico da arborização urbana; revisão continuada do PDAU, reestruturação do Viveiro Municipal. Outro exemplo seria a vaga sustentável, que representa um canteiro na via onde no passeio não é possível implantar vegetação (sugestão para o PD). Cita que de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente. Revisão do Anexo 9 - Perfis viários	CAU/DAV/ SMAMUS
			Câmara técnica de arborização no COMAM	DAV/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Implantação, Recuperação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas Públicas e Privadas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Plano de arborização urbana	SMAM
			Programa "Porto das Flores"	SMAM (DMLU)
			Programa "Adote uma Praça"	SMAM
			Programa "Parque Aberto ao Cidadão"	SMAM
			Identificação de árvores imunes ao corte	SMAM
			Atividades permanentes de conservação e fiscalização	SMAM/DMLU



Quadro 22 – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia						
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996						
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	IV. Programa de Conservação de Energia	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos		
			Plano de Ação Climática	DPPS/SMAMUS		
			Programa de Certificação Ambiental	DPPS/SMAMUS		
			IPTU Sustentável	DPPS/SMAMUS		
			Programa Luzes do Saber - instalação de placas fotovoltaicas nas escolas	SMED		
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Conservação de Energia	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos		
			Elaboração do plano de gerenciamento de energia, atendendo prioritariamente:			
			Identificação de padrões eficientes de consumo mínimo para edificações, principalmente residenciais e comerciais, associados à iluminação, ventilação e insolação	SPM/SMOV/UNIV.		
			Redução do consumo de combustíveis para mobilidade urbana através da diminuição dos deslocamentos, do incentivo ao uso e qualificação do transporte coletivo e das demais formas alternativas de transporte	SPM/SMT		
			Incentivo à implantação de atividades econômicas de baixo consumo energético	SMIC		
			Qualificação e otimização do consumo energético no saneamento	DMAE/DEP/DMLU		
			Incentivo à produção de alimentos no âmbito da cidade e da região metropolitana, diminuindo o consumo energético envolvido na produção e distribuição	SMIC		



Quadro 23 – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	V. Programa de Gestão Ambiental	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS/2013), que está em processo de atualização	DMLU
			Programa de Coleta Seletiva	DMLU
			Lei 10847/2010 do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	DMLU
			Lei 728/2014 do código de limpeza urbana de Porto Alegre (em processo de atualização)	DMLU
			Plano Municipal de Saneamento Básico (2015): água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos	DMAE
			Inventário da fauna do município	DLMA/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Plano de Manejo Ambiental	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Revisão e atualização do plano de abastecimento de água	SPM/DMAE
			Revisão do plano de esgotos	SPM/DMAE
			Aplicação do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos	DMLU/SMAM
			Elaboração do plano de conservação de áreas de interesse natural	SPM/SMAM
			Atualização do plano de drenagem urbana	DEP/SPM
			Elaboração do plano de gerenciamento de energia	PMPA
			Aplicação do código municipal de saúde	SMS



Quadro 24 – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Progr. Prevenção e Controle da Poluição

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição

Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996

Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos	
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22)	CIP/DMU/SMMU	
			Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga, que visa a despoluição do Arroio Dilúvio	DPPS/SMAMUS	
			Mapeamento de áreas contaminadas e potencialmente contaminadas	DLMA/SMAMUS	
			Mapeamento de ruídos, visando identificar os pontos de poluição sonora na cidade	DLMA/SMAMUS	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Saneamento e Monitoramento da Poluição	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos	
			Subprograma Saneamento	Programa de substituição, expansão e melhorias dos sistemas e redes de abastecimento de água com controle de perdas	DMAE
				Proteção e manutenção da qualidade da água bruta nos pontos de captação e controle da qualidade da água distribuída	DMAE
				Expansão e melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário	DMAE
				Participação no programa estadual Pró-Guaíba	PMPA
				Programa de integração do esgotamento pluvial/ cloacal	DMAE/DEP
				Definição de alternativas tecnológicas dos sistemas de saneamento para atender às populações em áreas rurais e rururbanas	DMAE/DEP/ DMLU/DEM HAB
				Definição de alternativas locais para unidades de reciclagem e de disposição final dos resíduos sólidos	SPM/SMAM/ DMLU
				Gestão integrada dos resíduos sólidos	DMLU
Ampliação da rede de drenagem urbana	DEP				



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Saneamento e Monitoramento da Poluição	Subprograma Monitoramento da Poluição	Licenciamento, cadastramento e fiscalização de atividades potencialmente poluidoras: extração mineral, uso de explosivos, movimentação de terra, veículos de divulgação, tanques subterrâneos de combustíveis, atividades comerciais e industriais	SPM/SMAM/SMOV/SMIC
				Monitoramento da qualidade da água do Guaíba e dos corpos d'água interiores do município	DMAE
				Cadastramento e controle de qualidade da água subterrânea utilizada para consumo humano	DMAE/SMS
				Monitoramento da qualidade do ar	SMAM
				Operação Ar Puro	SMAM/PETROBR.
				Projeto Química do Ar	SMAM/UNIV.
				Divulgação à população dos dados de monitoramento da qualidade do ar	SMAM/8º D.Met.
				Gestão integrada dos resíduos sólidos	DMLU
			Subprograma Manejo de Bacias Hidrográficas	Dar continuidade aos estudos de avaliação dos níveis de contaminação dos corpos d'água e das respectivas cargas, bem como da avaliação da capacidade receptora do mesmo	DMAE
				Desenvolver estudos e ações de controle e avaliação das intervenções nos corpos d'água (canalizações, tubulações, aterros, outros) e dos usos e ocupação do solo nas nascentes e margens	DEP/SPM/SMAM
				Dar continuidade de priorização às intervenções que contribuam para diminuir a contaminação das águas dos arroios	PMPA
				Compatibilizar as leis federais nºs 4771/65 e 6766/79, no que se refere aos corpos d'água, com a legislação municipal e estabelecer critérios para suas aplicações	SPM/SMAM/DEP
				Participação nos Comitês Estaduais das bacias dos rios Sinos e Gravataí	PMPA

e. Estratégia de Promoção Econômica

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Promoção Econômica tem como **objetivo principal** estabelecer políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como da articulação com outras esferas de poder.

Sua implementação ocorreria através da revalorização do papel de Porto Alegre como pólo metropolitano, da redefinição de seu perfil de competitividade no Mercosul e do estímulo ao crescimento, à desconcentração econômica, à criação de pólos econômicos e à geração de postos de trabalho próximos aos locais de residência dos trabalhadores. Ocorreria, também, através da criação de programas de incentivo fiscal para alcançar o desenvolvimento urbano e ambiental, da promoção de condições favoráveis para a produção de valor agregado à atividade rural e do incentivo às atividades de comércio e serviços no Centro Histórico.

A Estratégia seria implementada também através do fomento à organização de iniciativas empreendedoras, da garantia de condições mínimas de abastecimento e de consumo a todos e da promoção de programas de inclusão social para população de baixa renda em processo de regularização fundiária. Ela envolve, ainda, o estabelecimento de mecanismos urbanísticos que promovam a produção econômica, incentivando a implantação de indústrias e centros de excelência na fabricação de componentes de alta tecnologia, o incentivo à criação de escolas técnicas para formação e capacitação profissional e a produção e socialização de conhecimento tecnológico. A Estratégia é constituída por seis Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Dinamização da Economia** visa promover o crescimento e a desconcentração econômica.

O **Programa de Qualificação da Cidadania** busca a democratização do conhecimento técnico para os diversos tipos de atividades produtivas no Município, o incentivo a medidas que orientem para a visão de desenvolvimento sustentável nas empresas e a oferta de alternativas de atividades para a população de baixa renda.

O **Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8** abrange ações e políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental, com vistas à fixação das populações rurais, ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e à qualificação das áreas habitacionais.

O **Programa de Incentivos a Investimentos** propõe-se a criar condições de competitividade e atração que dêem suporte aos demais Programas.



O Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico e o Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite buscam fortalecer tais atividades tradicionais da região.

Quadro 25 – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	I. Programa de Dinamização da Economia	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos	
			Incluir incentivo para a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local [definição de critérios para implantação no plano setorial de Cargas]. Políticas de distribuição de cargas/mercadorias, relacionadas aos polos econômicos a serem incentivados [descentralização, etc.]. Não incentivar habitação no entorno de porto seco e aeroporto. SMMU/EPTC – verificar questão do comércio em áreas tradicionais [carga/descarga, horários, etc.] – relacionar com o Plano de Transp. Cargas [incluído no PMU].	CIP/DMU/SMMU	
			Questões de logística	CIP/DMU/SMMU	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996		Secr./órgãos envolvidos
			Subprograma Fomento à Atividade Econômica	Disponibilização de informações e orientações ao empreendedor visando a promoção econômica do município	SMIC
				Disponibilização de recursos para o financiamento de empreendimentos de pequeno porte	SECAR/ICC
				Desenvolvimento de campanhas de promoção da cidade para fins de atração de turismo e investimentos	PMPA



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Subprograma Integração Regional	Consolidação do fórum das "Merco-Cidades"	SECAR
				Dinamização da GRANPAL (Associação dos prefeitos da Grande Porto Alegre)	SGM
				Instalação do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Metropolitana	SGM
			Subprograma Infraestrutura em Telecomunicações	Adequação da PROCEMPA para a prestação de serviços para pequenos e microempreendedores	PROCEMPA
				Estudo sobre a disponibilidade e demanda de linhas de telecomunicações em Porto Alegre	SMIC/CRT
				Ações em conjunto com a CRT a fim de prover as áreas deficitárias em linhas telefônicas	SMIC/CRT
			Subprograma Promoção de Atividades Rururbanas	Estudos complementares ao "Diagnóstico do Meio Rural de Porto Alegre" e ao "Atlas Ambiental" para detalhamento dos usos potenciais do solo	SMIC/SMAM/ UNIV.
				Projeto de manejo de sub-bacias hidrográficas consorciado a ações de apoio à produção primária	SPM/SMIC/ SMAM/UNIV.
				Criação de mecanismos de incentivo à implantação do Corredor Agroindustrial	SPM/SMIC
				Definição de incentivos à criação de parques turísticos ecológicos	SPM/SMIC/ SMAM/EPATUR
				Criação de instrumentos para a ocupação adequada da região	SPM/SMIC/ SMAM/SMF/PGM



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Subprograma Abastecimento	Consolidação das "Feiras Modelo"	SMIC
				Fortalecimento dos "Pontos de Oferta" como equipamento de comercialização direta	SMIC
				Regularização dos hortomercados como equipamentos públicos de abastecimento concedidos à exploração privada	SMIC
				Fortalecimento das feiras de produtos da época como instrumento de popularização do consumo e escoamento da produção	SMIC
				Estudos para implementação de projeto de abastecimento de vestuário	SMIC
				Estudos para implementação de restaurante popular	SMIC
				Implantação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor	SMIC/SMS/PGM

Quadro 26 – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	II. Programa de Qualificação da Cidadania	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Incluir incentivo para a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local [definição de critérios para implantação no plano setorial de Cargas]. Políticas de distribuição de cargas/mercadorias, relacionadas aos polos econômicos a serem incentivados [descentralização, etc.]. Não incentivar habitação no entorno de porto seco e aeroporto.	CIP/DMU/SMMU
			SMMU/EPTC – verificar questão do comércio em áreas tradicionais [carga/descarga, horários, etc.] – relacionar com o Plano de Transp. Cargas [incluído no PMU].	
			InovaPoa	SMF
			Incentivo 4D economia criativa	SMF
			Programa de compliance	SMF
			Isenção CEF e FAR/ Programas Habitacionais, cooperativas, bônus moradia	SMF
			Isenção Pólo do Centro Histórico	SMF
Programa Creative - ISSQN	SMF			



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996		Secr./órgãos envolvidos			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Qualificação da Cidadania	Subprograma Qualificação Empresarial para o Meio Amb.	Avaliação dos tipos de conflitos ambientais causados pelas empresas em relação a sua sustentabilidade econômica	SMIC/SMAM
				Classificação das empresas segundo o cumprimento aos requisitos ambientais	SMIC/SMAM
				Elaboração de um projeto de assessoramentos e capacitação empresarial	SMIC/SMAM
	Subprograma Produção e Democratização do Conhecimento Tecnológico e Gerencial	Avaliação da oferta atual da capacitação em tecnologia e gerenciamento segundo níveis empresariais	SMIC/CONSELHO TECNÓPOLE		
		Pesquisa sobre as potencialidades e dificuldades das pequenas e médias empresas em administração, comercialização, desenvolvimento do produto, produção e financiamento	SMIC/SEBRAE/ UNIVERSIDADE		
		Consolidação e desenvolvimento de projetos, tais como: "Incubadora Empresarial e Tecnológica", "Santo de Casa", "Incubadora Industrial", etc.	SMIC/ UNIVERSIDADE		
	Subprograma Ocupação, Renda e Consumo para os excluídos	"Frentes de trabalho e cidadania"	DMAE/SMOV/ DEMHAB/SMIC		
		Ações coletivas	SMIC		
		Reciclagem do "lixo seco"	SMIC/DMLU		
		Reciclagem do "lixo orgânico"	SMIC/DMLU		



Quadro 27 – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Corredor de produção e questões de logística	CIP/DMU/SMMU
			Lei orgânicos	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-



Quadro 28 – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	IV. Programa de Incentivos a Investimentos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Terrários Urbanos	DPPS/SMAMUS
			Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga	DPPS/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-



Quadro 29 – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no CH	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Questões de logística local (carga e descarga, última milha)	CIP/DMU/SMMU
			Proposta de criação de clusters (identificação visual, dentro do projeto do Banco Mundial)	SMPAE/SMDDET
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-



Quadro 30 – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no CH durante o turno da noite	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Questões de logística local	CIP/DMU/SMMU
			Programa Centro +/- Pólo do Centro Histórico	SMPAE/SMDDET
			Proposta de abertura das vitrines a noite (mais vitalidade)	SMPAE/SMDDET
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

f. Estratégia de Produção da Cidade

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Produção da Cidade tem como **objetivo** a capacitação do Município para a promoção do seu desenvolvimento através de um conjunto de ações políticas e instrumentos de gerenciamento do solo urbano, que envolvem a diversidade dos agentes produtores da cidade e incorporam as oportunidades empresariais aos interesses do desenvolvimento urbano como um todo.

Sua efetivação ocorreria através da promoção, por parte do Município, de oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano, do estímulo e gerenciamento de propostas negociadas, com vistas à consolidação do desenvolvimento urbano, da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivo à produção de habitação, e da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social.

Ocorreria também através da promoção da retomada da função habitacional do Centro Histórico, visando ao atendimento da demanda de interesse social, assim como da implementação de políticas de incentivo ao desenvolvimento harmônico, tendo em vista a equidade de ocupação e uso da infraestrutura urbana disponível, da localização e indicação das Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária (AUOPs) e da criação de um programa em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul e a União para a utilização conjunta das áreas da Brigada Militar e do Exército, para a implantação de equipamentos públicos, especialmente em segurança pública, infraestrutura urbana, lazer, cultura e saúde comunitária.

Para isto, a Estratégia é constituída por cinco Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Projetos Especiais** busca promover intervenções que, pela multiplicidade de agentes envolvidos no seu processo de produção, ou por suas especificidades ou localização, necessitam critérios especiais e passam por acordos programáticos estabelecidos com o Poder Público, tendo como referência os padrões do Plano Regulador.

A implementação de **Programas de Habitação de Interesse Social** visa, através de ações, projetos e procedimentos administrativos, incidir no processo de ocupação informal do solo urbano por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado, legalizado e adequadamente localizado.

O **Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano** busca gerenciar os instrumentos de planejamento, monitorando o desenvolvimento urbano, potencializar a aplicação dos instrumentos captadores e redistributivos da renda urbana e sistematizar procedimentos para a elaboração de projetos que viabilizem a captação de recursos.

O **Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda** busca a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos direcionados à população de baixa e média renda através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada e da adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros instrumentos.

Por fim, o **Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico** visa estabelecer procedimentos alternativos para a adequação das edificações do Centro Histórico às atuais exigências de habitabilidade, objetivando o atendimento da demanda de Habitação de Interesse Social.

Quadro 31 – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	I. Programa de Projetos Especiais/Operações Concertadas	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Sugestão: padrões viários específicos para regularização fundiária	CIP/DMU/SMMU



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	Programa de Operações Concertadas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Identificação e elaboração dos projetos especiais de interesse do município para o desenvolvimento de ações prioritárias	SPM
			Implementação dos mecanismos e rotinas para a avaliação dos Projetos Especiais na área intensiva e extensiva	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Detalhamento dos mecanismos e rotinas para a avaliação dos Projetos Especiais na área intensiva e extensiva	SPM/SECAR
			Detalhamento dos instrumentos para viabilizar Operações Concertadas	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Implementação do Sistema de Avaliação do Impacto	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Desenvolvimento de Projetos Especiais de Realização Necessária (prioridades, programa de atividades, entidades responsáveis, recursos correspondentes)	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Desenvolvimento de Projetos Especiais nas áreas urbanas de ocupação intensiva e extensiva	SPM/SMIC/SMAM/SMT

Quadro 32 – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Plano Municipal de Habitação, realizado entre 2007 e 2009 e a necessidade da aprovação do mesmo como Lei, pois é apenas utilizado como recomendações (buscam revisão e adequação às políticas nacionais, tecnologias)	DEMHAB
			Lei 13465/2017 - Legitimação Fundiária	DEMHAB
			Política pública Aluguel Social, moradia temporária, transitória, emergencial	DEMHAB
			Bônus-Moradia, como instrumento utilizado para o reassentamento	DEMHAB
			Existências de programas para atender a produção habitacional (Ex. Protótipos - Cond. Dona Zaida, Cond. Banco da Província, Cond. Jacuí). O Programa Pró-Moradia (Cristal), Programa Avançar (Restinga), Programa Parceria Instituto Vivenda - de melhorias habitacionais (Restinga, Lomba e Bom Jesus). Recebem recursos dos fundos e de emendas impositivas. Fonte de captação do BRICS, voltados à habitação de interesse social, com propostas mais sustentáveis.	DEMHAB
Programa Casa Melhor Idosos, com a implementação da primeira habitação para idosos, atendendo às questões de acessibilidade e saúde	DEMHAB			



		<p>Eficiência energética nas habitações é uma ferramenta importante para a sustentabilidade (uso de placas fotovoltaicas)</p>	DEM HAB	
<p>Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996</p>	<p>Estratégia de Produção de Cidade</p>	<p>Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996</p>		
		<p>Secr./órgãos envolvidos</p>		
		<p>Regulação progressiva dos assentamentos existentes:</p>		
		<p>Instituição de AEIS para os núcleos em regularização</p>	<p>SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/ SMAM/ COMATHAB</p>	
		<p>Formação de grupo intersecretarias para o gerenciamento das AEIS</p>	<p>SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/SMAM/ COMATHAB</p>	
		<p>Regulamentação dos procedimentos das AEIS</p>	<p>SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/SMAM/ COMATHAB</p>	
		<p>Capacitação para a produção pública para atendimento na Demanda Habitacional Prioritária:</p>		
		<p>Identificação de áreas potenciais para a Habitação de Interesse Social e da viabilidade instituição anual de AEIS III</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>	
		<p>Elaboração anual do plano de aplicação dos recursos do FMD</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>	
		<p>Incorporação e regulação do potencial da produção informal (habitação):</p>		
		<p>Elaboração e detalhamento dos procedimentos e regulamentação do "Urbanizador Social"</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>	
		<p>Definição de mecanismos para a ampliação da produção da Habitação de Interesse Social pelo mercado formal:</p>		
		<p>Elaboração e detalhamento de objetivos, critérios e procedimentos para potencializar e articular a aplicação dos instrumentos AUOPs e AEIS III</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>	



Quadro 33 – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenv. Urbano	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			CDRI	DEL/SMAMUS
			Alienação de índices - FUNPROMOB	SMF
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano e de Captação de Recursos	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Projeto de gerenciamento das transferências de índices de aproveitamento:	
			Elaboração do detalhamento dos objetivos, critérios de aplicação e formas de regulamentação do instrumento	SPM/PGM
			Definição anual dos espaços potenciais de utilização do instrumento	SPM
			Avaliação dos impactos da implementação do instrumento nos diversos setores urbanos	SPM
			Projeto de gerenciamento do Solo Criado:	
			Estruturação de setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do projeto	SPM
			Monitoramento das operações de Solo Criado com emissão de relatórios de avaliação dos resultados urbanísticos, financeiros e sociais de sua aplicação	SPM
			Publicação e divulgação anual à sociedade dos resultados das alienações do Solo Criado e do plano de aplicação de recursos	SPM
			Elaboração anual do plano de aplicação dos recursos do FMD	SPM/SMF/DEMHAB / CMPDDUA/ COMATHAB/O.P.
			Identificação dos demais instrumentos em implementação e avaliação dos fluxos e potenciais	SPM/SMF/ DEMHAB
			Identificação de instrumentos não implementados e avaliação das potencialidades	SPM/SMF
			Criação de grupo técnico operativo que elabore estudos referenciais para os projetos prioritários para o desenvolvimento urbano	SPM/SMIC/ GAPLAN/SECAR

Quadro 34 – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Não houve ações ou obras correlacionadas a este Programa	-
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 35 – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do CH	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos

g. Estratégia do Sistema de Planejamento

Conforme o PDDUA, a Estratégia do Sistema de Planejamento tem como **objetivo** um processo de planejamento dinâmico e contínuo, que articule as políticas da administração municipal com os diversos interesses da sociedade, promovendo instrumentos para o monitoramento do desenvolvimento urbano.

Sua efetivação ocorreria através da rearticulação da estrutura administrativa e do estabelecimento de canais de participação, como os Conselhos Municipais, Entidades Profissionais, Sindicais e Empresariais, funcionalmente vinculadas ao desenvolvimento urbano da cidade, as Associações de Moradores e as Regiões de Gestão do Planejamento, assim como através dos Planos de Ação Regional, dos instrumentos básicos do PDDUA, do Sistema de Informações, do Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano, da definição de ações e políticas de desenvolvimento urbano globais e setoriais, programas, projetos especiais e demais instrumentos de gestão.

Para isto, a Estratégia é constituída por dois programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Gerenciamento de Políticas** visa articular as diversas políticas que definem as diretrizes do desenvolvimento urbano, garantindo maior racionalidade na produção sustentável da cidade.

O **Programa de Regionalização e Participação da Comunidade** busca a concretização de canais de participação, assegurando às Regiões de Gestão do Planejamento o espaço de deliberação sobre políticas de desenvolvimento regional.

O **Programa de Sistema de Informações** visa disponibilizar informações para a gestão do desenvolvimento urbano, articulando produtores e usuários e estabelecendo critérios que garantam a qualidade das informações produzidas.

O **Programa de Comunicação e Educação Ambiental** objetiva dar suporte de comunicação e divulgação sobre as principais ideias e conteúdos do desenvolvimento urbano ambiental, com caráter educativo, buscando uma adequada compreensão do tema e incentivando a cultura participativa no planejamento urbano.

E, por fim, o **Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano** visa descrever os elementos que propiciam avaliar a qualidade de vida urbana, bem como a aplicação das disposições do PDDUA.



Quadro 36 – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	I. Programa de Gerenciamento de Políticas	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Coordenação de Políticas Públicas	SMPAE
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Gerenciamento de Políticas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Criação de grupos técnicos operativos	SPM/SMA
			Criação de grupos técnicos interdisciplinares	SPM/SMA
			Identificação e compatibilização dos projetos e programas que representem ações setoriais	SPM
			Implementação de metodologias de gerenciamento horizontal, que envolvam os técnicos dos órgãos municipais na elaboração e execução dos projetos prioritários	SPM/SMA
			Identificação dos principais conflitos da estrutura administrativa que dificultam a articulação entre os órgãos municipais	SPM
			Reforma administrativa e/ ou reestruturação básica dos organismos administrativos	SPM/SMA
			Articulação entre os conselhos municipais setoriais	PMPA

Quadro 37 – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			ObservaPOA	SMPAE
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Instalação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental	SPM/SGM/CRC
			Estudo e avaliação dos Conselhos Municipais	SPM/SGM/CRC
			Estabelecimento de canais diretos com demais conselhos municipais e o Orçamento Participativo	SPM/SGM/CRC
			Implementação de Planos de Ação Regional:	
			Definição de metodologia e plano de trabalho	SPM
			Detalhamento da regulamentação e legislação pertinente	SPM/PGM/SMAM/SMIC/SMT



Quadro 38 – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	III. Programa de Sistema de Informações	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Observatório de Mobilidade poderia integrar este sistema (https://eptctransparente.com.br/observamobilidade)	CIP/DMU/SMMU
			Sistema de Monitoramento do Plano de Mobilidade Urbana, a ser regulamentado	CIP/DMU/SMMU
			Observatório de Logística	CIP/DMU/SMMU
			Índice mínimo de 12m ² de AV/hab	CPOAV/DAV/SMAMUS
			De acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente.	CAU/DAV/SMAMUS
			Power BI - informações do licenciamento urbanístico	DEL/SMAMUS
			ObservaPOA	SMPAE
			Diretoria de Monitoramento	SMPAE
			Sistema de Licenciamento	PROCEMPA
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa Sistema de Informações	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Definição dos dados prioritários para caracterizar a cidade real	SPM
			Modelagem do Banco de Dados, a partir dos dados priorizados	SPM
			Treinamento e capacitação profissional	SMA/PROCEMPA/CONSULTORIAS
			Definição de uma base espacial compatível com as diversas necessidades do planejamento	

Quadro 39 – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Educação ambiental SMAMUS	DAV/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Comunicação e Educação Ambiental	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Adaptação da linguagem técnica a uma linguagem de comunicação para leigos	SPM/CCS/CRC
			Elaboração de material de comunicação (folders, livretos, programação audio-visual, e outros)	SPM/CCS/CRC
			Desenvolvimento de um programa de divulgação aos setores administrativos de diversos níveis, das principais ideias e conteúdos do 2º PDDUA	SPM/CCS
			Organização de eventos que propiciem a participação (nível global e regional)	SPM/CCS/CRC/SMC
			Criação de um programa de educação ambiental	SPM/CCS/CRC/SMED/SMC/SMAM



Quadro 40 – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	V. programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			Secr./órgãos envolvidos
			Iniciativas de desenvolvimento do sistema: * 2009/2012 - SPM: SDU (Arq. Andrea Oberrather), SADUR (Eng. Agr. Inêz Maria de Barros Pavlick; Arq. Gládis Weissheimer e Arq. Tulio Calliari); * 2012/2014 - SMURB: CEU (Arq. Gládis Weissheimer); * 2014/2015 - SMURB: SPU (Arq. Rodrigo Linn), CPM (Eng. Mara Rejane Rivatto), UADUR (Arq. Guilherme Castanheira e Arq. Gládis Weissheimer); * 2015/2017 - SMURB: SPU (Eng. Elaine Vianna Hoher), CGM (Eng. Mara Rejane Rivatto), UMDU (Arq. Guilherme Castanheira e Arq. Gládis Weissheimer).
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Secr./órgãos envolvidos
			Não consta

III. GT-TO: Eixos Temáticos

Conforme o **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores** (GERPD)⁸ do Ministério do Desenvolvimento Regional (2022, p. 36), um dos documentos adotados como referência na estruturação da atual Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, temas são “assuntos relevantes para o desenvolvimento urbano local, frequentemente associados às políticas setoriais ou a questões de gestão do território identificadas pelo próprio município”.

Na metodologia de trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, portanto, a **identificação de temas e problemáticas a serem priorizados pelo Município** integra a etapa (ii) da Leitura da Cidade, realizada após a etapa (i) Preparatória e na sequência da qual será possível passar à Etapa (iii) da Sistematização e das Propostas, com a definição das estratégias e instrumentos mais adequados para cada problemática identificada.

Nesse sentido, os Eixos Temáticos da Revisão do Plano Diretor trabalhados pelo GT-TO são resultado de discussões internas e da participação da sociedade no processo de Revisão do Plano, o qual envolveu a compatibilização das atuais Estratégias do PDDUA, dos Temas elencados pela sociedade e debatidos no CMDUA⁹ no início do processo de Revisão do Plano e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹⁰.

O PDDUA, conforme caracterizado na seção anterior deste documento, conta atualmente com **7 Estratégias**. São elas as Estratégias (I) Da Estruturação Urbana, (II) Da Mobilidade Urbana, (III) Do Uso do Solo Privado, (IV) Da Qualificação Ambiental, (V)

⁸ Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>

⁹ 12 (doze) Temas definidos a partir de informações coletadas no Seminário Preparatório da Revisão do Plano Diretor realizado no Cine Capitólio, em 07/12/2016, em Porto Alegre, e do Workshop com o CMDUA realizado em 04/10/2017.

<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>

¹⁰ Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são compostos por 169 metas e integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma política global adotada pelos países membros das Nações Unidas a partir da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em setembro de 2015. Os ODS estão disponíveis para consulta em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Da Promoção Econômica, (VI) Da Produção da Cidade e (VII) Do Sistema de Planejamento.

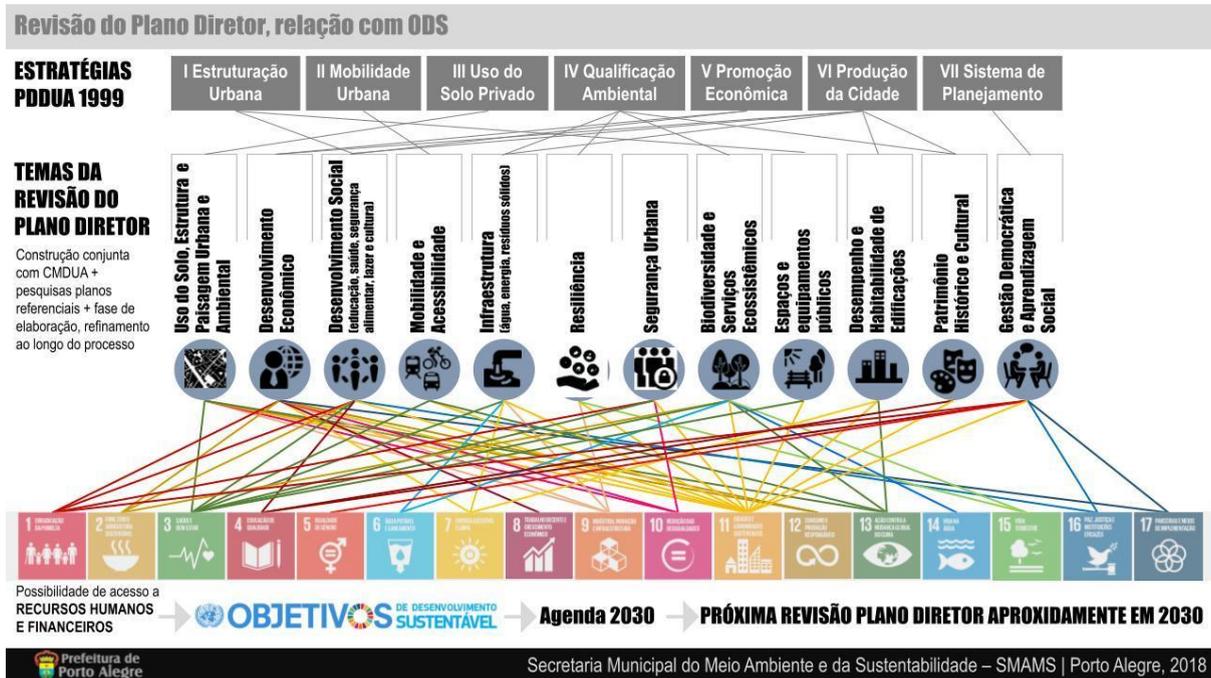
Já os **12 temas prioritários** do Plano Diretor, identificados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) em 2017 com base nas informações coletadas no 1º Seminário Preparatório para a Revisão do Plano Diretor (2016), são:

1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental;
2. Desempenho e Habilidade das Edificações;
3. Patrimônio Histórico e Cultural;
4. Desenvolvimento Econômico;
5. Segurança Urbana;
6. Espaços e Equipamentos Públicos;
7. Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos;
8. Resiliência;
9. Infraestrutura;
10. Mobilidade e Acessibilidade;
11. Gestão Democrática e Aprendizado Social;
12. Desenvolvimento Social.

Os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** (ODS), por sua vez, integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, política global adotada pelos países membros das Nações Unidas a partir de 2015, e somam 17 metas. São elas: ODS 1 - Erradicação da pobreza, ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 - Saúde e bem-estar, ODS 4 - Educação de qualidade, ODS 5 - Igualdade de gênero, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energia limpa e acessível, ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, ODS 14 - Vida na Água, ODS 15 - Vida terrestre, ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação.

Tendo por base estas referências para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, buscou-se compatibilizá-las como meio de guiar a definição de Eixos Temáticos de debate sobre desenvolvimento urbano local.

Figura 3 – Correlação temas CMDUA e ODSs



Fonte: SMAMS, 2018.

Quadro 41 – Correlação temas CMDUA e Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores

TEMAS CMDUA	TEMAS GUIA				
1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental	T7 Uso e ocupação do solo	T2 Expansão urbana	T5 Qualidade urbana e ambiental	T13 Desenvolvimento rural sustentável	T17 Financiamento do desenvolvimento urbano
2. Desempenho e Habitabilidade das Edificações	T1 Habitação	T2 Expansão urbana	T3 Dinâmica imobiliária	T9 Grandes projetos de impacto	
3. Patrimônio Histórico e Cultural	T6 Patrimônio cultural	T15 Turismo			
4. Desenvolvimento Econômico	T8 Desenvolvimento econômico	T3 Dinâmica imobiliária	T9 Grandes projetos de impacto	T15 Turismo	
5. Segurança Urbana	T4 Segurança	T16 Áreas de risco à vida			
6. Espaços e Equipamentos Públicos	T14 Equipamentos públicos	T2 Expansão urbana	T5 Qualidade urbana e ambiental	T7 Uso e ocupação do solo	
7. Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos	T10 Meio ambiente	T11 Saneamento ambiental	T13 Desenvolvimento rural sustentável		
8. Resiliência	T5 Qualidade urbana e ambiental	T16 Áreas de risco à vida	T10 Meio ambiente		
9. Infraestrutura	T2 Expansão urbana	T7 Uso e ocupação do solo	T9 Grandes projetos de impacto		
10. Mobilidade e Acessibilidade	T12 Mobilidade e transporte	T2 Expansão urbana	T9 Grandes projetos de impacto		
11. Gestão Democrática e Aprendizagem Social	T18 Gestão democrática e participação popular	T17 Financiamento do desenvolvimento urbano			
12. Desenvolvimento Social	T1 Habitação	T11 Saneamento ambiental			

Fonte: elaboração DPU.

Quadro 42 – Correlação temas CMDUA, estratégias PDDUA e ODS

TEMAS CMDUA	ESTRATÉGIAS PDDUA		ODS													ODS		
1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental	III. Uso do Solo Privado		3	9	10	11	12	13										1. Erradicar a pobreza
2. Desempenho e Habitabilidade das Edificações	VI. Produção da Cidade		7	11	13	1	3	10										2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Patrimônio Histórico e Cultural	IV. Qualificação Ambiental	VI. Produção da Cidade	4	11	8													3. Saúde e bem-estar
4. Desenvolvimento Econômico	V. Promoção Econômica		1	2	7	8	9	10	11	12	16	17						4. Educação de qualidade
5. Segurança Urbana			1	3	10	11	5	8	16									5. Igualdade de gênero
6. Espaços e Equipamentos Públicos	I. Estruturação Urbana		3	11	10													6. Água potável e saneamento
7. Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos	IV. Qualificação Ambiental		2	3	6	11	13	14	15	12								7. Energia acessível e limpa
8. Resiliência	IV. Qualificação Ambiental		9	11	15	16	17											8. Trabalho decente e Crescimento econômico
9. Infraestrutura	IV. Qualificação Ambiental	VI. Produção da Cidade	3	6	7	9	11											9. Indústria, Inovação e Infraestrutura
10. Mobilidade e Acessibilidade	II. Mobilidade Urbana		3	11	13													10. Redução das desigualdades
11. Gestão Democrática e Aprendizado Social	VII. Sistema de Planejamento		1	4	5	11	16	17	10									11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
12. Desenvolvimento Social	I. Estruturação Urbana	VI. Produção da Cidade	1	2	3	4	11	5	8	10	16							12. Consumo e Produção Responsáveis
																		13. Ação contra a mudança global do clima
																		14. Vida na água
																		15. Vida terrestre
																		16. Paz, Justiça e Instituições eficazes
																		17. Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: elaboração DPU.

Para consolidação dos Eixos Temáticos na esfera da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, durante 2022, foram realizadas atividades que envolveram a participação da sociedade em oficinas e exposições interativas, reuniões da Coordenação Técnica (CT) da Revisão do Plano Diretor, o trabalho do Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) para a Revisão do PDDUA, bem como da consultoria contratada para dar subsídios à revisão do Plano Diretor - Ernst & Young (EY) e parceiros.

Em 29/08/2022, a Coordenação Técnica (CT) da revisão do PDDUA realizou uma dinâmica interna que resultou na proposição de 6 Eixos Temáticos, que posteriormente foram apresentados e validados pelo GT-TO na 9ª reunião do grupo, realizada em 02/09/2022.



Figura 4 – Dinâmica CT



Fonte: elaboração DPU.

Os temas e subtemas elencados aparecem na figura a seguir:

Quadro 43 – Temas e subtemas

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	AMBIENTE NATURAL	MOBILIDADE E TRANSPORTE	DESEMPENHO, ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA URBANA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	GESTÃO DA CIDADE
Inclusão Social Lazer Educação Saúde Emprego Moradia Praças para Todos Segurança Cultura Identidade e Patrimônio Histórico Cultural População em Situação de Rua Comunidades Autóctones Perspectiva de Gênero Resíduos Acessibilidade a todos Segurança Alimentar Agricultura Habitação de Interesse Social Regularização Fundiária	Áreas Ambientais Áreas Verdes Corredores Ecológicos Meio Ambiente Sustentabilidade Áreas de Risco Poluição do Ar Serviços Ecosistêmicos	Mobilidade Calçadas Ciclovias Mobilidade Ativa Trânsito Transporte Transporte Coletivo Aplicativos Logística	Desempenho das Edificações: Conforto, Iluminação Ventilação, Sol Densidade Calçadas Parcelamento do Solo Regulador Espaço Público Uso do Solo Uso do Recuo de Jardim Forma dos Prédios Saneamento Básico Abastecimento de Água Manutenção e Conservação das Vias Públicas Infraestrutura Urbana Redes de Fibras Ótica Gestão de Resíduos	Zona Rural Indústria Turismo Cultura Economia Habitação Tecnologia Dinâmica Imobiliária Emprego e Renda Agricultura Familiar Economia Criativa, Solidária, Inovação Ecoturismo Atividades Econômicas	Políticas Públicas Participação no Processo de Planejamento Especulação Imobiliária Contrapartidas Planos de Bairro Funcionamento da Prefeitura Mudar Rgps Financiamento da Cidade Estudo de Impacto de Vizinhança

Fonte: elaboração DPU.

Com a intenção de promover a integração entre os membros do GT-TO e alinhamento acerca dos temas a serem discutidos, foi proposta uma dinâmica de grupo com base na metodologia de *design thinking*. Para os trabalhos, os participantes foram divididos em um grupo para cada Eixo Temático, levando em consideração a área de atuação de cada um e, como objetivo final da discussão, foi solicitado que cada grupo organizasse uma oficina temática levando em consideração os seguintes aspectos:

- definir temas a serem abordados;
- definir data e local para o evento;
- listar *stakeholders* envolvidos;
- definir divulgação;
- definir metodologia a ser utilizada nos eventos;
- listar participantes e palestrantes;
- identificar os insumos necessários.

Os resultados das discussões foram apresentados pelos grupos e estão detalhados por Eixo Temático. Após este trabalho, foi realizada uma apresentação por Eixo, correlacionando as Estratégias do PDDUA com os temas do GERPD e os Conflitos e Potencialidades Projetuais elencados no IC/96, anexos a este documento.

a. Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural

Na dinâmica sobre a oficina temática, o grupo chegou nos seguintes pontos: temas a serem abordados: os mesmos temas listados ao lado, exceto "Identidade e Patrimônio Histórico Cultural". Com relação ao tema "Identidade e Patrimônio Cultural", houve manifestação de que o tema deveria ser abordado em outro eixo, pois não foi identificada uma relação deste com o desenvolvimento social. O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 44– Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
A data não foi definida. Local: Largo Zumbi dos Palmares, RGPs - evento descentralizado - praças, largos ou parques.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério Público 2. CEA - Vila Pinto 3. Estação Cidadania da Restinga 4. Conexão Jovem PoA 5. SMDS 6. SMELJ 7. SMHARF 	Meios de comunicação da PMPA, Instagram, transmissão em tempo real pelo Youtube	Feira multiatividades: <ul style="list-style-type: none"> - exposição e venda de produtores locais; - palestras sobre reg. fundiária, ressocialização, ed. ambiental, reciclagem de resíduos sólidos; - dinâmica para desenvolver um projeto de regularização fundiária; - dinâmica para explicar de forma didática o que é o Plano Diretor; - cabine do planejamento: tipo cabine de foto instantânea. A pessoa entra na cabine e responde a pergunta: "Como tu gostarias de ver a cidade de Porto Alegre em 2030?" para uma câmera e as respostas são compiladas na produção de um vídeo. - atividades interativas: grafite, dança, capoeira; - Podcast sobre as questões do Plano Diretor. 	população em geral	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério Público; 2. Simone Somensi; 3. Entidades que trabalham com ressocialização de infratores; 4. Entidades/pessoas que trabalham com comunidades abordando a requalificação de áreas ocupadas desordenadamente a partir do resgate social dos moradores; 	Equipamento multimídia, filmadora, cabine fechada, bancas para feira, mapas, papel, canetas coloridas.

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural: habitação (T1), segurança (T4), patrimônio cultural (T6), equipamentos públicos (T14), gestão democrática e participação popular (T18). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégias (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T1 - Habitação

P01 - O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais):

E01 - Avaliar os assentamentos precários existentes e qualificá-los, priorizando a intervenção em assentamentos para urbanização ou em situações de risco à vida;

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável.

P02 - O município apresenta população de baixa renda ou povos e comunidades tradicionais, cuja permanência em seus bairros ou territórios está sob ameaça de remoção ou substituição:

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E04 - Garantir a segurança na posse, de modo a permitir a permanência da população de baixa renda e/ou de povos e comunidades tradicionais.

P03 - O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de

baixa renda:

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E07 - Garantir parâmetros urbanísticos compatíveis com as tipologias e demanda existente e produzida no território;

E17 - Constituir banco de terras públicas.

P04 - O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco:

E08 - Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E09 - Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

P05 - O município apresenta concentração de moradias precárias em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura (como cortiços e ocupações):

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano.

- T4 - Segurança

P13 - O município possui áreas públicas (ruas, calçadas, áreas verdes) ou regiões com alta concentração de ocorrências relacionadas à segurança pública:

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E23 - Melhorar a qualidade do sistema de microacessibilidade, como calçadas, arborização, iluminação, viário e mobilidade ativa, entre outros;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E25 - Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município.

P14 - O município possui áreas vazias ou degradadas, pontos viciados de lixo e/ou descarte irregular:

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E26 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas degradadas e/ou subutilizadas.

- T6 - Patrimônio cultural

P18 - O município deve reconhecer ou possibilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística:

E20 - Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural ou histórico;

E33 - Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação;

E34 - Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas;

E35 - Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais;

E36 - Garantir a preservação do patrimônio natural ou paisagístico.

P19 - O município apresenta necessidade de dinamização urbana e/ou econômica de áreas centrais ou históricas:

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E19 - Promover a transformação e/ou ocupação visando ao interesse público em conjunto com a iniciativa privada;

E34 - Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas.

- T14 - Equipamentos Públicos

P47 - O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, entre outros:

E82 - Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista.

P48 - O município necessita prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, ou estações de trem, entre outros:

E82 - Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e para o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E84 Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação de equipamento de mobilidade e de transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

- T18 - Gestão democrática e participação popular

P56 - O sistema de gestão democrática municipal não existe, é pouco articulado ou funciona mal, prejudicando a integração e a continuidade dos processos participativos de comunicação, informação, debate, decisão e monitoramento da política urbano-ambiental municipal:

E98 - Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal;

E100 - Criar um sistema integrado de gestão democrática municipal que determine o papel e a responsabilidade de cada instância, órgão e etapa de participação popular, bem como as formas de interação entre cada um deles;

E99 - Criar órgão(s) colegiado(s) da política urbana e ambiental municipal a fim de fomentar a gestão democrática contínua;

E98 - Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal;

E101 - Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias.

P57 - No município há baixa representatividade de setores da sociedade em processos participativos:

ver Problemática P56;

E101 - Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e

capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias.

b. Eixo Temático: Ambiente Natural

O grupo considera que uma alteração no nome seria ideal para representar melhor o tema. Foi sugerido a alteração para “Meio Ambiente e Sustentabilidade”. Na dinâmica sobre os eixos temáticos e temas, apresentados inicialmente, foi levantada a necessidade de um melhor esclarecimento sobre os conceitos abordados. Surgiram alguns assuntos que precisam ser contemplados, conforme segue.

Quadro 33 – Temas sugeridos: Ambiente Natural

Áreas de interesse ambiental (APP, Topo de Morro, remanescente, etc)	Áreas verdes públicas (parques, praças, unidades de conservação, etc)	Passivos ambientais (áreas degradadas do passado que devem ser sanadas), recuperação destas áreas e incentivos	Áreas de risco (esse tema possui grande vínculo com a questão social e deve prever ações para evitar ocupações e promover remoções)
Poluição (água, solo, visual, sonora)	Políticas públicas de incentivo à sustentabilidade	Incentivo à soluções ecológicas	Estímulo à energias alternativas
Fauna silvestre	Educação ambiental	Corredores ecológicos	Arborização urbana

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 46 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Ambiente Natural

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
A data poderia aproveitar a semana da primavera ou conferência do meio ambiente , datas que já estão no calendário da SMAMUS . A sugestão de local seria em um parque ou praça, ao ar livre . Se levantou o auditório Araújo Viana, Cais Mauá e o Auditório do Morro do Osso .	1. SMAMUS em geral 2. DMAE 3. Serviços Urbanos 4. SMOI 5. EPTC 6. DMLU 7. Universidades 8. Conselhos (CMDUA, COMAM) 9. Secretarias de Educação e Saúde)	Meios de comunicação da PMPA, Instagram, Youtube	<ul style="list-style-type: none"> • apresentações • palestras • brainstorm com contribuições (post-it) • oportunizar a opinião do público • questionário online sobre os temas e questões ambientais • envolver as crianças e escolas (não necessariamente na oficina, mas em geral); 	Não informado	1. Rualdo Menegat, autor do Atlas Ambiental de Porto Alegre	Tela, microfone, folders e material para contribuições (post-it, caneta, papel).

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Ambiente Natural: qualidade urbana e ambiental (T5), meio ambiente (T10), saneamento ambiental (T11), áreas de risco à vida (T16). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T5 - Qualidade Urbana e Ambiental

P15 - O município carece de melhorias das condições de qualidade ambiental em seu território (ilhas de calor*, drenagem e arborização, entre outras):

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando o uso e a ocupação do solo;

E28 – Incorporar agenda ambiental local (bioma) no planejamento do território.

P16 - O município deseja adequar sua morfologia e seu desenho urbano à infraestrutura prevista ou existente e/ou às condicionantes ambientais e territoriais (como a relação entre edificação e calçadas ou outros espaços livres):

E22 – Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E23 – Melhorar a qualidade do sistema de microacessibilidade, como calçadas, arborização, iluminação, viário e mobilidade ativa, entre outros;

E29 – Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público;

E52 – Regulamentar as formas de uso do espaço público e da instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município.

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia:

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

- T10 - Meio Ambiente

P34 - O município está integral ou grandemente inserido em área de preservação ambiental e/ou proteção de mananciais com necessidade de conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano e econômico local:

E13 – Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental;

E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

P35 – O município carece de novos parques, praças e/ou da estruturação de áreas verdes públicas, constituindo um sistema de áreas verdes:

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental;

E65 – Viabilizar a aquisição de imóveis estratégicos para conversão em áreas verdes públicas;

E66 – Planejar e articular as áreas verdes municipais às áreas de relevância regional ou metropolitana.

P36 - O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, manguezais e APPs, entre outras:

E02 – Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável;

E11 – Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E13 – Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental.

P37 – O município precisa promover melhor utilização dos recursos hídricos:

E67 – Promover a articulação e a integração da rede hídrica às áreas verdes municipais, considerando a dimensão regional das áreas de preservação;

E68 – Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes;

E69 – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de suporte da infraestrutura instalada ou prevista.

P38 - O município necessita evitar e/ou mitigar e recuperar áreas ambientalmente degradadas:

E62 – Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas;

E69 – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de suporte da infraestrutura instalada ou prevista.

- T11 - Saneamento Ambiental

P39 - O município precisa universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário:

E70 – Promover a urbanização de assentamentos precários, prevendo investimentos em infraestrutura de água e saneamento ambiental;

E71 – Promover investimentos e parcerias intermunicipais para viabilizar infraestrutura visando melhor aproveitamento da terra urbana.

P 40 - O município apresenta dificuldades em coletar, triar e destinar seus resíduos sólidos (DMLU):

E72 – Estruturar uma política de gestão de resíduos sólidos, vinculada à política de desenvolvimento urbano e com articulação regional para construção e gestão de aterro sanitário, centrais de compostagem ou reciclagem e demais equipamentos que componham o sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos.

P 41 - O município apresenta alagamentos decorrentes de problemas de drenagem urbana e de ocupação do solo:

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando uso e ocupação do solo;

E73 – Mitigar situações de risco, alagamento e inundações;

E74 – Articular planejamento de novas áreas de ocupação urbana à capacidade de drenagem existente e prevista no município.

- T16 - Áreas de Risco à Vida

P29 – O município possui ou está localizado em áreas de influência e/ou risco de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outros:

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

E53 – Controlar a expansão urbana de modo a limitar seu avanço sobre áreas com maiores riscos de acidentes relacionados a grandes projetos de impacto;

E54 – Garantir a participação social na implementação de projetos de impacto, bem como nas ações de mitigação e em contrapartidas sobre impactos ambientais previstos;

E55 – Prever articulação intermunicipal e interfederativa para planejamento, controle e ação emergencial;

E56 – Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificadas.

P53 – O município apresenta áreas de risco à vida ocupadas, como risco de enchentes, deslizamentos e outros:

E08 – Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar novas frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando uso e ocupação do solo;

E73 – Mitigar ou solucionar situações de risco, alagamento e inundações.

c. Eixo Temático: Mobilidade e Transporte

Foi comentado que o eixo temático poderia ser apenas mobilidade, uma vez que o transporte está contemplado. Além das temáticas ao lado, surgiram outros temas.

Quadro 47 – Temas sugeridos: Mobilidade e Transporte

Acessibilidade universal	Tecnologia	Sistema de informação das redes que existem nos espaços públicos para gestão do sistema e estratégia de planejamento	Mobiliário urbano
Segurança viária	Sustentabilidade (mobilidade sustentável)		Mudança de cultura
Segurança pública	Inovação	Gestão de estacionamento	Estudar diferentes modais para mobilidade e transporte sustentável

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 48 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Mobilidade e Transporte

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Araújo Viana Unisinos PUC	<ol style="list-style-type: none"> 1. População em geral 2. Técnicos de diversas esferas (municipal, estadual e federal) 3. Sociedade civil organizada 4. Academia (estudantes e professores) 5. Políticos 6. Representantes dos transportes públicos 	Não foi debatido	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras interativas • Mesas temáticas com painéis sobre: <ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilidade ativa; 2. Sustentabilidade (transportes, tecnologias, oportunidades, poluição, etc.); 3. Crescimento da cidade (revisão dos gravames viários, perfis viários, expansão da cidade); 4. Infraestrutura necessária; 5. Segurança viária; 6. Economia (impacto); 7. Gestão da Mobilidade; 8. Espaço público viário (elementos necessários, sistemas); 9. Modais <p>Possibilidade de extrair diretrizes destas conversas</p>	Não informado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exemplos de cidades: <ul style="list-style-type: none"> - Fortaleza - Curitiba - Belo Horizonte - Medellín 2. Consultorias <ul style="list-style-type: none"> - WRI - ITDP 3. Palestrantes que representem idosos, cegos, PCDs e da área da saúde 	Não informado

A partir da análise do GERPD, identificamos um tema relacionado com o Eixo Temático Mobilidade e Transporte, que leva o mesmo nome (T12). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T12 - Mobilidade e Transporte

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia:

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

P42 - O município apresenta situações de dificuldade de deslocamento, como ausência ou deficiência de transporte público, trânsito intenso, congestionamento, barreiras urbanas, entre outros:

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E75 - Promover adensamento populacional e de usos junto ao sistema de transporte público coletivo;

E76 - Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E84 - Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação de equipamento de mobilidade e de transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

P43 - O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, microacessibilidade e acessibilidade:

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E76 - Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.

d. Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Houve a sugestão de separação em dois subgrupos: uso e ocupação do solo e forma urbana.

Quadro 49 – Temas sugeridos: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Uso e ocupação do solo			Forma Urbana
Densidade	Infraestrutura de comunicação	A cidade consolidada (impactos, mitigações, reciclagem de uso, reconhecimento da cidade existente)	Verticalização
Espaços públicos	Regularização fundiária		Plano regulador
Mobilidade	Questionamento: "Toda a regularização deve gerar novas áreas?"	Infraestrutura (drenagem, saneamento, abastecimento de água, gestão de resíduos)	Miscigenação
Mudanças climáticas	Sustentabilidade	Equipamentos urbanos/comunitários	Gestão de calçadas

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 50 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Data do evento: início de 2023 Local: Salão de Atos da UFRGS, Teatro Unisinos (podendo ser utilizadas salas para discussões em diferentes grupos)	<ol style="list-style-type: none"> Entidades representativas da construção Civil (SINDUSCON), ASBEA, SERGS, CAU, CREA, representantes do Mercado Imobiliário, IAB Universidades (PUC, UFRGS, outras instituições de ensino superior com programa de pesquisa sobre o tema Profissionais com atuação/expertise na área (Marilu, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda) Outras prefeituras MLM (movimento de luta pela Moradia e afins) 	Impressão e mídias sociais	Divisão de grupos, elaboração de perguntas, organização dos dados para apresentar e nivelamento dos dados, criar módulos e visualização de resultados/impactos (cenários possíveis) <ul style="list-style-type: none"> Organização de um passeio pelos bairros da cidade para visita técnica, Seriam necessários eventos menores para discussão e apropriação dos tópicos Transversalidade com os demais temas. 	Não informado	Não informado	Espaços (salas), equipamento multimídia, material de escritório (papel, caneta, post its, etc.)

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana: habitação (T1), expansão urbana (T2), dinâmica imobiliária (T3), qualidade urbana e ambiental (T5), uso e ocupação do solo (T7), grandes projetos de impacto (T9), desenvolvimento rural sustentável (T13), financiamento do desenvolvimento urbano (T17). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T1 - Habitação - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural
- T2 - Expansão Urbana

P06 – O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais:

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável;

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E12 - Demarcar áreas para produção rural, garantindo reserva para a produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E46 - Demarcar e garantir áreas para a produção rural;

E69 - Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de infraestrutura instalada ou prevista.

P07 – O município apresenta restrição de área para expansão urbana:

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para a urbana;

E12 - Demarcar áreas para a produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientais frágeis;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura.

P08 – O município possui ocupações de perfil urbano fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano ou rural:

E08 - Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E12 - Demarcar áreas para a produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E15 - Demarcar áreas para ocupação com convivência de atividades rurais e urbanas de baixa densidade (ex. chácaras, sítio de recreio, lazer);

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E18 - Restringir o perímetro urbano para conter o espraiamento, de forma a incentivar uma cidade mais compacta;

E19 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas aptas em parceria com a iniciativa privada.

P48 – O município necessita rever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, ou estações de trem, entre outros:

E24 – Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E77 – Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E82 – Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E84 - Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação do equipamento de mobilidade e transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

P60 - O município possui intensa atividade imobiliária, nos quais os empreendimentos isolados ou em seu conjunto causam impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros:

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E102 - Implementar regras e condicionantes para implementação de novos loteamentos e condomínios de forma articulada à política de desenvolvimento urbano.

- T3 - Dinâmica Imobiliária

P09 - O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas):

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E17 - Constituir banco de terras públicas;

E18 - Restringir perímetro urbano para conter o espraiamento de forma a incentivar uma cidade mais compacta;

E19 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas aptas à urbanização em parceria com a iniciativa privada.

P10 - A dinâmica imobiliária no município tem alterado o perfil da população, o uso e/ou a morfologia urbana:

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de

forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E06 – Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 – Direcionar dinâmica imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E20 – Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico.

P11 – O valor de aluguéis ou de venda de imóveis no município é incompatível com o perfil de renda da população.

E04 – Garantir a segurança na posse, de modo a permitir a permanência da população de baixa Renda, vulnerabilizada e/ou de povos e comunidades tradicionais.

E05 – Reservar terra para produção de habitação de interesse social (HIS).

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura.

E21 – Promover o aumento da oferta para unidades habitacionais de padrões variados e/ou para usos não residenciais.

P12 – O município possui baixa dinâmica imobiliária, com predominância da atuação de empresas locais da construção civil ou produção da própria moradia.

E05 – Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS).

E07 – Garantir parâmetros urbanísticos compatíveis com as tipologias e demanda existente e produzida no território.

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento.

P60 - O município possui intensa atividade imobiliária, ou seja, possui empreendimentos que causam isolados ou em seu conjunto impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros).

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano.

E102 - Implementar regras e condicionantes para implementação de novos loteamentos e condomínios de forma articulada à política de desenvolvimento urbano.

- T5 - Qualidade Urbana e Ambiental - mesmo itens que constam no Eixo Ambiente Natural
- T7 - Uso e Ocupação do Solo

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia.

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

P20 - O município apresenta perda populacional em áreas centrais e/ou bem infraestruturadas.

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E37 - Adequar parâmetros de incomodidade para garantir a compatibilidade entre usos residenciais e não residenciais.

P21 - O município apresenta áreas com incompatibilidade entre parâmetros de uso e ocupação do solo em relação à cidade existente e suas novas ocupações.

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E20 - Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico;

E38 - Promover a regularização fundiária, edilícia e/ou de uso.

P22 - No município há áreas que apresentam problemas de incomodidade e/ou conflitos de vizinhança.

E37 - Adequar parâmetros de incomodidade para garantir a compatibilidade entre usos residenciais e não residenciais;

E39 - Viabilizar melhorias e adequações urbanas na implementação de empreendimentos de impacto;

E40 - Garantir qualidade urbana e participação da vizinhança na avaliação e na implementação de empreendimentos de impacto.

- T9 - Grandes Projetos de Impacto

P29 - O município possui ou está localizado em áreas de influência e/ou risco de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outros.

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento.

E53 – Controlar a expansão urbana de modo a limitar seu avanço sobre áreas com maiores riscos de acidentes relacionados a grandes projetos de impacto.

E54 – Garantir a participação social na implementação de projetos de impacto, bem como nas ações de mitigação e em contrapartidas sobre

impactos ambientais previstos.

E55 - Prever articulação intermunicipal e interfederativa para planejamento, controle e ação emergencial.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

P30 - O município possui atividades extrativistas no seu território.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E57 - Garantir que a implementação e a operação de atividade extrativista ocorram de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P31 - O município possui ou prevê a instalação de grandes complexos industriais de impacto urbano ou ambiental.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E58 - Garantir a implementação do complexo industrial de impacto de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P32 - O município possui ou prevê grandes equipamentos urbanos de impacto relacionados à mobilidade e ao transporte, como terminais, aeroportos, aeródromos, portos e/ou rodoviárias, entre outros.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E59 - Garantir a implementação do equipamento de impacto de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P33 - O município possui ou prevê grandes projetos de reestruturação ou

requalificação urbana e/ou ambiental.

E60 - Fomentar a requalificação urbana de maneira coerente com a política de desenvolvimento urbano.

E61 - Garantir a preservação ou mitigação de áreas ambientalmente frágeis na implementação de novos empreendimentos.

E62 - Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas.

- T13 - Desenvolvimento Rural Sustentável

P06 - O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais.

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável.

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana.

E12 - Demarcar áreas para produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana.

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis.

E69 - Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de infraestrutura instalada ou prevista.

P25 - O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou de controlar seus impactos urbanos e ambientais.

E46 - Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E47 - Estimular uso mais intensivo da terra já demarcada para uso rural.

E48 - Controlar impactos ambientais e urbanos oriundos da atividade rural ou extrativista.

P44 - O município apresenta desarticulação entre sua produção rural e o abastecimento e consumo urbano de alimentos.

E78 - Promover a articulação e a integração do desenvolvimento rural sustentável e solidário, regionalmente e entre diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.

E79 - Garantir área de produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável.

E80 - Promover ampliação da rede de distribuição dos alimentos produzidos no município ou na região.

E81 - Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais.

P45 - O município deseja estimular sua produção rural e/ou possui áreas rurais sem uso ou subutilizadas.

E46 - Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E57 - Garantir que a implementação e a operação de atividade extrativista ocorram de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

E68 - Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes.

E79 - Garantir área de produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável.

P46 - O município apresenta situações de conflito entre produção rural e conservação do meio ambiente.

E64 - Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

E68 - Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes.

- T17 - Financiamento do Desenvolvimento Urbano

P54 - O município necessita viabilizar recursos para investimento público, mas apresenta diminuta arrecadação tributária própria (baixa arrecadação com IPTU,

por exemplo).

E45 - Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local;

E91 - Estruturar os tributos sobre a propriedade de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E92 - Atualizar a Planta Genérica de Valores para valores próximos aos praticados pelo mercado, de forma a induzir a justa recuperação da valorização imobiliária;

E93 - Promover a cooperação entre entes públicos, a fim de viabilizar ações de interesse comum;

E94 - Recuperar recursos investidos em melhorias urbanas junto aos beneficiados pelas obras;

E95 - Orientar e fomentar melhorias urbanas por meio de contrapartidas oriundas de empreendimentos de impacto.

P55 - O município tem necessidade de recursos e financiamento para desenvolvimento urbano (infraestrutura, habitação, equipamentos).

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E95 - Orientar e fomentar melhorias urbanas por meio de contrapartidas oriundas de empreendimentos de impacto;

E96 - Recuperar a valorização fundiária para aplicação de tais recursos, priorizando áreas mais precárias e buscando reduzir desigualdades socioterritoriais e melhorar a qualidade urbana em todo o município;

E97 - Viabilizar parceria entre a iniciativa privada e o poder público para implementação de projetos específicos.

e. Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico

Segundo o grupo, os temas estão adequados, porém está um pouco confuso pois existem temas guarda-chuvas que poderiam ser título e agrupar alguns outros temas neles, como por exemplo: título: zona rural; subgrupo: agricultura familiar, ecoturismo, etc. Houve também a sugestão de dividir os temas em dois títulos/grupos:

Quadro 51 – Temas sugeridos: Desenvolvimento Econômico

Zona Rural	Zona Urbana	
Economia primária	Indústria	Turismo
Agricultura Familiar	Comércio	Cultura
Turismo/Ecoturismo	Serviços	Habitação
Habitação rural	Tecnologia	Economia Criativa, Solidária, Inovação

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 52 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Locais: - Sindilojas - Caldeira - Araujo Viana - Cervejarias - Zona Rural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresários 2. Secretarias PMPA 3. Donos de Indústrias (para habitação, móveis, iluminação, inovação) 4. Economia Criativa 5. Esportes Náuticos 6. Caminhos Rurais 7. Produtores Rurais 8. Donos de cervejarias 9. Construtoras 	Não informado	<p>Momento 1: Vídeo ou palestra provocativa que instigue o participante a pensar no tema das VOCAÇÕES da cidade.</p> <p>Momento 2: Apresentação de tendências: Carências ou potenciais Apresentação de dados PMPA: - Alvarás geoespacializados - Dados da construção civil - Equipamentos culturais geoespacializados</p> <p>Momento 3: Validação da sociedade em relação aos dados apresentados e coleta de novas contribuições e percepções sobre o tema.</p>	População em geral, em especial os Stakeholders	Não informado	Não informado

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desenvolvimento Econômico: patrimônio cultural (T6), desenvolvimento econômico (T8), grandes projetos de impacto (T9), meio ambiente (T10),

desenvolvimento rural sustentável (T13), turismo (T15). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T6 - Patrimônio Cultural - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural
- T8 - Desenvolvimento Econômico

P23 – O município possui demanda para estimular novas atividades econômicas, por meio de polos tecnológicos, distritos industriais, centros comerciais, entre outras.

E41 – Identificar áreas de interesse e estimular a atividade industrial de forma articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

E42 – Identificar áreas de interesse e estimular o desenvolvimento de atividades produtivas vinculadas à pesquisa e a tecnologia de maneira articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

E43 – Identificar áreas de interesse e promover a criação de polo comercial e/ou circuito de compras articulado ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

P24 – O município apresenta estagnação econômica ou perda de atividades geradoras de emprego em consequência da desindustrialização, da competição fiscal entre cidades ou da falta de infraestrutura, entre outros.

E44 – Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E45 – Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local.

P25 – O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou de controlar seus impactos urbanos e ambientais.

E46 – Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E47 – Estimular uso mais intensivo da terra já demarcada para uso rural.

P26 – O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística.

Ver problemáticas e estratégias do tema Turismo.

P27 – O município apresenta bairros populosos com baixa oferta de postos de trabalho.

E49 – Viabilizar a instalação formal de atividades econômicas que tenham potencial de gerar empregos para a população local.

E50 – Viabilizar investimentos em infraestrutura para que a região possa acolher novos usos.

P28 – O município necessita manter e fortalecer comércios e usos populares.

E44 – Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E45 – Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local.

E52 – Regulamentar as formas de uso do espaço público e da instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município.

- T9 - Grandes Projetos de Impacto - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T10 - Meio Ambiente - mesmo itens que constam no Eixo Ambiente Natural
- T13 - Desenvolvimento Rural Sustentável - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T15 - Turismo

P49 – O município possui áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável. (Rppn ucs)

E33 – Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e de fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação.

-
- E36 – Garantir a preservação do patrimônio natural ou paisagístico.
- E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.
- E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.
- P50 – O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural.
- E20 – Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico.
- E33 – Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e de fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação.
- E34 – Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas.
- E86 – Garantir a implementação de equipamentos turísticos culturais (equipamentos-âncora) de forma articulada ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento urbano.
- E87 – Estimular o turismo de base comunitária junto aos povos e às comunidades tradicionais.
- P51 – O município possui turismo sol e praia com necessidade de melhoria e ampliação da infraestrutura instalada.
- E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.
- E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.
- E88 – Estímulo à diversificação de atividades turísticas complementares.
- P52 – O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana.
- E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para

desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.

E90 – Garantir qualidade na implementação e utilização de equipamentos e atividades relacionadas

ao turismo de negócios e de eventos de forma integrada ao desenvolvimento urbano.

f. Eixo Temático: Gestão da Cidade

De acordo com o grupo, o tema "Funcionamento da Prefeitura" é pouco preciso, foi substituído pelo Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP), que tem atribuições de gerenciamento do Planejamento Urbano do Município; "Mudar RGPS": é uma ação, e não um tema, que inclusive pode não ocorrer após as discussões. Quanto à "Especulação Imobiliária" optou-se por Mercado Imobiliário, pois a ideia é atrair os representantes do setor (fundos de investimentos, incorporadores, construtoras de diversos portes e segmentos (habitacional, industrial, infraestrutura) para as discussões. O grupo propõe a subdivisão em 3 grupos: instrumentos urbanísticos, instrumentos jurídicos e econômicos e gestão da cidade (gestão + monitoramento + fiscalização). O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições da planilha a seguir.

Quadro 53 – Temas sugeridos: Gestão da Cidade

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Última oficina	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investidores 2. Mercado Imobiliário 3. SMF 4. PGM 5. SINDUSCON 6. incorporadoras 7. Esp. Dir. Urb, Planejamento Urbano 8. População. 	Convites Personalizados (endereçados) ao público identificado (limitado 100 pessoas)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alinhamento, nivelamento, conhecimento; 2. Debate baseado em cases; 3. Conclusões. 	100 pessoas	3 palestrantes	local; gravação e transmissão online

Quadro 54 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Gestão da Cidade

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
<p>Data do evento: início de 2023</p> <p>Local: Salão de Atos da UFRGS, Teatro Unisinos (podendo ser utilizadas salas para discussões em diferentes grupos)</p>	<p>1. Entidades representativas da construção Civil (SINDUSCON), ASBEA, SERGS, CAU, CREA, representantes do Mercado Imobiliário, IAB</p> <p>2. Universidades (PUC, UFRGS, outras instituições de ensino superior com programa de pesquisa sobre o tema</p> <p>3. Profissionais com atuação/expertise na área (Marilu, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda)</p> <p>4. Outras prefeituras</p> <p>5. MLM (movimento de luta pela Moradia e afins)</p>	Impressão e mídias sociais	<p>Divisão de grupos, elaboração de perguntas, organização dos dados para apresentar e nivelamento dos dados, criar módulos e visualização de resultados/impactos (cenários possíveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização de um passeio pelos bairros da cidade para visita técnica, • Seriam necessários eventos menores para discussão e apropriação dos tópicos • Transversalidade com os demais temas. 	Não informado	Não informado	Espaços (salas), equipamento multimídia, material de escritório (papel, caneta, post its, etc.)

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Gestão da Cidade: expansão urbana (T2), dinâmica imobiliária (T3), uso e ocupação do solo (T7), grandes projetos de impacto (T9), financiamento do desenvolvimento urbano (T17) e gestão democrática e participação popular (T18). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T2 - Expansão Urbana - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T3 - Dinâmica Imobiliária - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T7 - Uso e Ocupação do Solo - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T9 - Grandes Projetos de Impacto - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T17 - Financiamento do Desenvolvimento Urbano - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T18 - Gestão democrática e participação popular - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural.

IV. Conferência de Avaliação do Plano Diretor

7. Consolidação dos Eixos Temáticos

Após a realização de debates no GT-TO e com o decorrente amadurecimento dos tópicos abordados, avaliou-se que era mais adequado que **Patrimônio Cultural formasse um Eixo Temático próprio**, independente do Desenvolvimento Social e Cultural, **totalizando 7 (sete) Eixos Temáticos**. Estes foram debatidos na Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre, realizada nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023.

8. Grupos Temáticos

A partir da consolidação dos 7 Eixos Temáticos, foram criados, durante o mês de janeiro de 2023, grupos para cada Eixo Temático (ET). Os grupos dos Eixos Temáticos eram formados por integrantes da CT, do GT-TO, do GT-CT e do GT-CR, que reuniram-se em agendas remotas específicas, em que o foco inicial de discussões foi a organização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Os grupos criados foram:

- ET1 - Desenvolvimento Social e Cultural;
- ET2 - Ambiente Natural;
- ET3 - Patrimônio Cultural;
- ET4 - Mobilidade e Transporte;
- ET5 - Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- ET6 - Desenvolvimento Econômico;
- ET7 - Gestão da Cidade.

9. Organização

Durante os primeiros meses de 2023, o GT-TO e os grupos temáticos participaram da elaboração da metodologia a ser aplicada na Conferência de Avaliação do Plano Diretor, na indicação de palestrantes e na consolidação dos subgrupos e tópicos a serem discutidos nos grupos temáticos ampliados (incluindo a população inscrita no evento) no segundo dia da Conferência.

10. Participação

Diversos integrantes do GT-TO e dos grupos temáticos participaram da Conferência, seja como ouvintes, colaboradores, coordenadores de Eixo Temático e apoiadores das dinâmicas de Eixo Temático realizadas durante o segundo dia de Conferência, o que resultou em um trabalho rico de informações sobre a cidade e sobre o Plano Diretor.

V. Considerações Finais

11. Conclusões

O trabalho realizado pelo GT-TO ao longo de 2022 até a Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre teve grande importância na definição dos ETs a serem ainda discutidos com a população em geral, bem como na elaboração de subsídios técnicos para a avaliação do Plano Diretor atual e para a realização do diagnóstico do mesmo por parte da consultoria contratada. A troca entre servidores das diversas secretarias e órgãos municipais possibilitou um entendimento de como cada uma se relaciona com o Plano Diretor no âmbito de suas competências, assim como foi possível identificar diversas questões não previstas ou que não tiveram eficácia no Plano Diretor atual e que podem vir a ser incorporadas e melhor desenvolvidas no processo de revisão.

12. Próximos passos

O GT-TO e os grupos temáticos continuarão discutindo os Eixos durante a Revisão do PDDUA, que ainda contará com a fase de propostas e outros eventos participativos.

VI. Anexos

13. [Portaria GT-TO](#)
14. Registros de Reuniões
15. Correlação Estratégia PDDUA, temas do GERPD e Conflitos e Potencialidades Projetuais elencados no IC (1996), anexos a este documento.